



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)
NA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO DISTRITO
FEDERAL**

FELIPE LEMOS SERENO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
2012**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)
NA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO DISTRITO
FEDERAL**

FELIPE LEMOS SERENO

ORIENTADOR: MAURO EDUARDO DEL GROSSI

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS
PUBLICAÇÃO: 67/2012**

**BRASÍLIA/DF
2012**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

SERENO, Felipe. L. **A Influência do Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Percepção dos Agricultores Familiares do Distrito Federal.** Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 108 Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

SERENO, Felipe. L.

A Influência do Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Percepção dos Agricultores Familiares do Distrito Federal/ Felipe Lemos Sereno; Orientação de Mauro Eduardo Del Grossi – Brasília, 2012.
108p.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2012.

1. Crédito Rural 2. Microcrédito 3. Pronaf 4. Agricultura Familiar.

CDD ou CDU

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)
NA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO DISTRITO
FEDERAL**

FELIPE LEMOS SERENO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS,
COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS.**

APROVADO POR:

**MAURO EDUARDO DEL GROSSI, DR (UnB)
ORIENTADOR**

**ANDRÉA DE OLIVEIRA GONÇALVES, DRA (UnB)
EXAMINADOR EXTERNO**

**MOISÉS VILLAMIL BALESTRO, DR (UNB)
EXAMINADOR INTERNO**

BRASÍLIA/DF, 19 DE MARÇO DE 2012.

Aos meus estimados pais, Juscelino e Fátima, por todo o apoio e incentivo para realizar mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Mauro Eduardo Del Grossi, cuja orientação foi fundamental para a realização da pesquisa. Agradeço sua paciência e cordialidade.

Aos professores Dr. Moisés Balestro e Dra. Andrea Gonçalves pelas valiosas contribuições na avaliação deste trabalho.

A todos os funcionários do Propaga/UnB pelos serviços prestados e aos seus professores, pelos ensinamentos e contribuições durante o curso.

Aos colegas do Núcleo de Apoio à Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura NUCOMP/FAV/UnB, em especial aos professores Antônio Carlos Félix e Ana Maria Junqueira, por todo o apoio e companheirismo.

À minha família e minha noiva, Vanessa, pelo carinho e por estarem sempre ao meu lado em todos os momentos.

A todos, muito obrigado!

“O microcrédito pode não ser uma solução, mas é uma força de mudança, não só econômica e pessoal, mas também social e política” (Yunus, 2000, p. 191).

RESUMO

O crédito rural é fundamental para a atividade agropecuária, especialmente aos agricultores familiares que produzem em menor escala e com pouca tecnologia em relação à agricultura patronal. As políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar no Brasil assumem a responsabilidade de reverter a concentração natural da oferta de crédito para os produtores mais capitalizados. Portanto, essas políticas devem ser constantemente revistas e discutidas a fim de avaliar o real alcance desse objetivo. Nesse sentido, pretendeu-se neste trabalho verificar, na percepção dos agricultores familiares, se o modelo de microcrédito produtivo tem sido um instrumento que pode contribuir para a inclusão dos agricultores familiares mais carentes no sistema de crédito, e se tem possibilitado o aumento da renda desses produtores. Através de pesquisa com entrevistas dirigidas a beneficiários e não beneficiários do Pronaf, nas regiões de Brazlândia e Planaltina, Distrito Federal, foram levantadas importantes percepções dos produtores sobre o Programa. Os dados levantados permitiram assim um diagnóstico qualitativo da situação de ambos os grupos. Os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos produtores entrevistados, beneficiários do Pronaf, são assentados de programas de reforma agrária na área pesquisada. Os beneficiários apresentaram algumas vantagens em relação aos não beneficiários como grau de escolaridade mais elevado, maior participação em associações de produtores, maior quantidade de empregados, maior inclusão bancária e renda média agrícola consideravelmente maior. Segundo o relato dos beneficiários, o Pronaf possibilitou transformações importantes na produção e qualidade de vida do produtor. Por outro lado, a burocracia do processo e a exigência de garantias foram consideradas restrições importantes para acesso ao programa. Outros aspectos negativos foram apontados como quantidade de recursos limitados, concentração de oferta de crédito em poucos produtores e atendimento da assistência técnica, que poderiam ser melhorados. As propostas desenvolvidas a partir das constatações deste trabalho sugerem a busca pela criação de mecanismos alternativos às garantias tradicionalmente exigidas pelas instituições financeiras, como o aval solidário, por exemplo, e adequação dos programas de microcrédito às especificidades e necessidades locais.

Palavras-chave: Crédito Rural, Microcrédito, Pronaf, Agricultura Familiar

ABSTRACT

Rural credit is crucial for agricultural activities, especially to the farmers who produce on a smaller scale and low-tech employer in relation to conventional agriculture. Credit policies aimed at the family farm in Brazil are responsible for reversing the natural concentration of credit supply for more capitalized producers. Therefore, these policies must be constantly reviewed and discussed in order to assess the true scope of this objective. In this sense, this work was intended to verify that the microcredit model has been a productive tool that can contribute to the inclusion of the poorest farmers in the credit system, enabling the increase in income of these producers. Through interviews with research directed at beneficiaries and non-beneficiaries Pronaf in the regions of Brazlândia and Planaltina, Distrito Federal, were raised important perceptions of producers on the program. Data collected thus enabled a qualitative diagnosis of the status of both groups. The survey results show that most of the interviewed farmers, beneficiaries of Pronaf are settlers from agrarian reform programs in the area searched. The beneficiaries had some advantages compared to non-beneficiaries in relation to the highest level of education, greater participation in producers' association, the largest number of employees, banking access and largest agricultural considerably higher average income. According to the account beneficiary, Pronaf allowed major changes in production and quality of life of the producer. On the other hand the bureaucracy of the process and requirement of collateral were considered an important constraint on access to the program. Other negative aspects were pointed out as the amount of limited resources, concentration of credit supply in a few producers and the service of technical assistance that could be improved. The proposals developed from the findings of this study suggests a search for alternative mechanisms to traditional guarantees required by traditional financial institutions such as the endorsement of solidarity, for example, and adequacy of microcredit programs to local needs and specificities.

Keywords: Rural Credit, Microcredit, Pronaf, Family Farming

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Principais marcos institucionais do sistema de crédito agrícola no Brasil.....	19
Figura 2 - Sistema Nacional de Crédito Rural.....	19
Figura 3 - Mapa das regiões administrativas do Distrito Federal.....	46
Figura 4 - Mapa das regiões rurais do Distrito Federal	47
Figura 5 - Estabelecimentos segundo composição média da renda familiar ...	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – número e área dos estabelecimentos agropecuários do Distrito Federal.....	9
Tabela 2 – indicadores de produtividade da agricultura familiar.....	9
Tabela 3 – valor financiado pelo Pronaf segundo destinação do financiamento.....	27
Tabela 4 - taxas de juros no mundo.....	37
Tabela 5- contratos Pronaf realizados pelo Banco do Brasil, no Distrito Federal, de Julho de 2010 a Junho de 2011, por agência financiadora	48
Tabela 6- contratos Pronaf realizados pelo Banco do Brasil, no Distrito Federal, de Julho de 2010 a Junho de 2011, por item financiado	50
Tabela 7- origem geográfica dos agricultores familiares	52
Tabela 8 estabelecimentos segundo o grau de escolaridade dos agricultores familiares	53
Tabela 9- tempo de residência dos agricultores familiares no DF	54
Tabela 10 estabelecimentos segundo o tempo de experiência do produtor como agricultor familiar	54
Tabela 11- estabelecimentos segundo tempo do produtor como trabalhador no meio rural	55
Tabela 12 - área do estabelecimento agrícola	56
Tabela 13 - área do estabelecimento utilizada para a produção	56
Tabela 14 - estabelecimentos segundo a titularidade da terra	57
Tabela 15 - condição de exploração dos estabelecimentos dos não proprietários.....	57
Tabela 16 - estabelecimentos segundo participação em cooperativas agrícolas.....	58
Tabela 17- estabelecimentos segundo participação em associações de agricultores	58
Tabela 18 - estabelecimentos segundo a integração com agroindústrias	59
Tabela 19 - estabelecimentos segundo tipo de moradia dos agricultores familiares	59
Tabela 20 - estabelecimentos segundo tipo de atividade produtiva	60
Tabela 21- estabelecimentos segundo a quantidade de bens.....	60

Tabela 22 - estabelecimentos beneficiários segundo a quantidade de adquiridos após o Pronaf.....	61
Tabela 23 - estabelecimentos segundo número de empregados permanentes e temporários, exceto familiares.	62
Tabela 24 - estabelecimentos segundo a quantidade de filhos do produtor.....	63
Tabela 25 - estabelecimentos segundo a quantidade de filhos que trabalham na atividade produtiva.	63
Tabela 26 - renda média mensal da produção agrícola dos estabelecimentos	64
Tabela 27 - estabelecimentos que declaram aumento de renda após a participação no Pronaf.	66
Tabela 28 - estabelecimentos segundo composição média da renda familiar..	66
Tabela 29 - estabelecimentos segundo o acesso aos serviços bancários.....	68
Tabela 30 - estabelecimentos segundo motivos pelo qual o produtor não contratou crédito rural.....	69
Tabela 31- Valor ideal necessário de crédito dos estabelecimentos não beneficiários.....	70
Tabela 32 - estabelecimentos segundo tipo de crédito que tem intenção de adquirir.....	70
Tabela 33 - estabelecimentos segundo tipo de crédito contratado.....	71
Tabela 34 - estabelecimentos segundo intenção de aplicação do crédito de investimento pelos não beneficiários.....	71
Tabela 35 - estabelecimentos segundo finalidade de aplicação do crédito de investimento contratado pelos beneficiários.....	72
Tabela 36 - estabelecimentos segundo conhecimento da possibilidade de aquisição do Pronaf e fonte da informação.....	72
Tabela 37 - estabelecimentos segundo apoio da cooperativa ou associação para a obtenção do crédito.	73
Tabela 38 - estabelecimentos segundo que passaram a produzir novos produtos após contratação do Pronaf.	73
Tabela 39 - estabelecimentos que aumentaram a quantidade produzida após contratação do Pronaf.....	74
Tabela 40 - estabelecimentos segundo melhoria no planejamento da produção após contratação do Pronaf.	74

Tabela 41- estabelecimentos segundo melhoraria na qualidade de vida da família após contratação do Pronaf.	74
Tabela 42 - estabelecimentos segundo melhoraria na qualidade da produção após contratação do Pronaf.	75
Tabela 43 - estabelecimentos segundo suficiência da quantidade liberada pelo financiamento para atender às necessidades da sua produção.	75
Tabela 44 - Estabelecimentos segundo valor de crédito necessário para atender as necessidades da sua produção.	76
Tabela 45 - Principal dificuldade declarada na contratação/tentativa de contratação do Pronaf.....	77
Tabela 46 - Percepção sobre o valor das taxas de juros do programa pelos agricultores familiares.	78
Tabela 47- Qualidade do atendimento bancário na contratação/tentativa de contratação.	79
Tabela 48 - estabelecimentos segundo proximidade e dificuldade do acesso à agência bancária.	80
Tabela 49 - estabelecimentos segundo concordância em participar de um grupo de avalistas solidários para obter crédito agrícola.	80
Tabela 50 - Proporção de não beneficiários que em caso de contratação do Pronaf acredita ser difícil pagar o financiamento.	81
Tabela 51- proporção de beneficiários que têm dificuldade em pagar o financiamento.....	81
Tabela 52 - Proporção de agricultores familiares endividados atualmente.....	81
Tabela 53 - Proporção de agricultores familiares que está pagando negociação de dívidas atualmente.	82
Tabela 54 - Proporção de beneficiários que teria recursos próprios para custear sua produção sem o Pronaf.	82
Tabela 55 - estabelecimentos segundo emprego de outras fontes de recursos na produção agrícola.	83
Tabela 56 - Proporção de agricultores familiares que conhecem todos os passos para conseguir contratar custeio ou investimento.....	83
Tabela 57- Proporção de beneficiários que entendem todas as cláusulas do contrato de financiamento.	84

Tabela 58 - Proporção de agricultores familiares que utilizam alguma outra fonte de crédito, além do Pronaf.....	84
Tabela 59 – Pontos apontados pelos agricultores familiares a serem melhorados para facilitarem a contratação do Pronaf	85
Tabela 60 - estabelecimentos segundo natureza da assistência técnica.....	86
Tabela 61- estabelecimentos segundo número de visitas técnicas recebidas no último ano/safra.	86
Tabela 62 - Proporção de agricultores familiares que consideram as visitas técnicas fundamentais para a eficiência da sua produção.	87
Tabela 63 - estabelecimentos segundo avaliação da assistência técnica recebida.....	87
Tabela 64 - Fase(s) do financiamento consideradas pelos agricultores familiares como importantes para assistência técnica	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico do Assentamento Fazenda Larga.....	51
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Destinação das áreas dos estabelecimentos agropecuários familiares.....	8
Gráfico 2 – Evolução do PRONAF no Brasil. No período de 2002 a 2010...	24
Gráfico 3 – Evolução no número de Municípios atendidos pelo PRONAF por ano-agrícola.....	24
Gráfico 4 - Renda média mensal da produção agrícola dos estabelecimentos.....	64
Gráfico 5 - Estabelecimentos segundo valor de crédito necessário para atender as necessidades da sua produção.....	76

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	6
2.1 - Agricultura familiar no Distrito Federal.....	8
3 - HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL.....	10
3.1 - Panorama atual do crédito rural no Brasil.....	19
4 - CRÉDITO RURAL ESPECÍFICO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF.....	21
4.1- Conceito.....	21
4.2 - Dimensão do Programa.....	23
4.3 - Pontos Críticos do Programa.....	24
5 - MICROCRÉDITO.....	31
5.1 - Origem.....	31
5.2 - Características.....	32
5.3 - Risco Moral e Seleção Adversa nas Operações de Crédito.....	34
5.4 - Taxa de Juros.....	36
5.5 - Assistência Técnica.....	39
6 - EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL.....	41
6.1 Creditrabalho.....	41
6.2 Crediamigo.....	42
6.3 Agroamigo.....	42
6.4 RS Rural.....	43
6.5 Pronaf Grupo B.....	44
7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
7.1 – Caracterização da Região Pesquisada.....	46

7.2 – Dados Pessoais dos Produtores Entrevistados.....	52
7.3 - Caracterização do Estabelecimento Rural e da Produção.....	55
7.4 - Utilização de Mão de Obra.....	61
7.5 - Caracterização da Renda.....	64
7.6 - Informações Sobre Crédito Rural.....	68
7.7 - Informações Referentes à Assistência Técnica.....	85
8 - CONCLUSÕES.....	88
9 – REFERÊNCIAS.....	93
10 - ANEXO.....	98

1. INTRODUÇÃO

Na história econômica brasileira, a agricultura familiar sempre teve papel fundamental. Socialmente, a agropecuária em pequena escala tem o importante papel de ocupação de mão de obra no campo, gerando renda e oportunidades. Para um País de vocação natural para a agricultura, com clima favorável e vastas áreas disponíveis para a produção agrícola, trata-se de uma importante fonte de riqueza.

A disponibilidade de capital para produção é crucial para qualquer segmento produtivo. A agropecuária, no entanto, demanda atenção especial devido aos seus riscos naturais e o grande espaço de tempo entre o investimento (plantio) e a receita (colheita).

As atividades agropecuárias demandam condições diferenciadas de crédito, em função de particularidades no seu ciclo produtivo e de características diferenciadas do produto final. A sazonalidade, a especificidade dos ativos envolvidos na produção, a perecibilidade do produto final e os riscos bioclimáticos são alguns exemplos dessas particularidades e características (ALVES, 2001).

Gomes e Lima (2008) ressaltam que os programas de crédito são essenciais a qualquer atividade produtiva, mas as atividades produtivas rurais têm características próprias dadas às especificidades do público alvo dos programas e a difícil acessibilidade aos modos comuns de crédito existente no mercado financeiro, devido aos aspectos históricos de desenvolvimento agrário e do próprio funcionamento do sistema tradicional de crédito.

A importância do crédito para a agricultura familiar tem tanta relevância quanto em qualquer atividade cujos lucros correntes não permitem ou não são atrativos para a realização de maiores investimentos produtivos, o que compromete acintosamente as políticas de beneficiamento dos produtos advindos dessa atividade, constituindo assim um obstáculo para a inserção econômica e busca de mercados que permitam diminuir o nível de discricionariedade governamental acerca do problema (GOMES; LIMA, 2008).

Do mesmo modo, Gonzalez (2000) cita a importância do crédito no papel dinamizador da atividade agrícola, contribuindo para o desenvolvimento integrado, para a difusão de inovações tecnológicas e para a expansão da produção, tanto para o mercado interno como o externo.

Castro e Teixeira (2010) afirmam ainda que o programa de crédito rural foi criado com o objetivo de aumentar a produção agrícola, no intuito de incentivar a formação de capital, o financiamento da produção e comercialização e a adoção de tecnologias, fortalecendo assim, os pequenos e os médios produtores, principalmente.

Em sua teoria sobre finanças no processo de desenvolvimento econômico, Joseph Schumpeter, descreveu que, para que um País possa alcançar desenvolvimento, é necessário que esse desenvolva três alicerces fundamentais: a tecnologia, o empreendedorismo e o sistema de crédito bancário. Segundo ele, não cabia ao empreendedor financiar projetos de investimento com seus próprios recursos. Schumpeter afirmava que esses itens deveriam originar-se da categoria social “capitalista”, que receberia os juros do empréstimo. Estudos do autor demonstram evidências de que o desenvolvimento de um País está ligado ao desenvolvimento do sistema bancário, já que em seus estudos ele observou que as firmas que conseguiram recursos externos pelo financiamento, tendiam a crescer em uma taxa maior.

King e Levine (1993, p.3, tradução nossa) corroboram essa idéia, ao afirmar que: “Níveis mais elevados de desenvolvimento financeiro são positivamente associados a taxas maiores de crescimento econômico, acumulação de capital físico e melhoria da eficiência econômica” [...]

A partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o crédito agrícola passou a ser um importante instrumento de política agrícola, que pode influenciar o sucesso ou a estagnação desse setor. No entanto, o sistema de concessão de crédito rural adotado no Brasil é fonte de frequentes questionamentos sobre o real alcance desses objetivos, principalmente no que se refere às políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. São recorrentes as citações nas mais diversas publicações sobre o assunto acerca do esgotamento do sistema de concessão de crédito.

Gasques e Conceição (2001) afirmam em seu estudo que “o sistema se apoia em fontes que não têm conseguido suprir a necessidade de recursos”. Neri (2008)

destaca que além do volume relativo de crédito ser inferior ao de países com nível de renda similar ao brasileiro, a qualidade de nosso crédito é em geral baixa, uma vez que o mercado de crédito no Brasil privilegia mais o consumidor do que o produtor.

Barros e Mendonça (1997), por outro lado, afirmam que “o nível de pobreza no Brasil não é proveniente da escassez de recursos, mas sim da desigualdade de distribuição desses recursos”. O problema da má distribuição dos recursos para financiamento é sem dúvida um entrave ao fortalecimento da agricultura familiar, classe de produtores que já sofre dificuldades para competir por preços e mercados consumidores com os grandes produtores. A destinação desigual dos recursos de crédito dificultaria ainda mais sua sustentabilidade no campo.

Para Sorj (1980), o crédito rural não foi distribuído de forma equitativa entre os produtores. Eles foram utilizados pelos médios e grandes proprietários, ficando os pequenos produtores, especialmente os mais pobres, marginalizados no acesso ao crédito.

Igualmente, Mattei (2007) também relata que durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados, voltados para o mercado internacional: “O resultado dessas políticas foi altamente negativo para a produção familiar, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios ofertados pela política agrícola”. Trata-se de uma consequência do *Path-dependence** do escravismo colonial brasileiro.

Segundo estes autores, historicamente, as políticas públicas desenvolvidas no País, mesmo aquelas voltadas à proteção do agricultor familiar, acabaram por favorecer um modelo de desenvolvimento agrícola concentrador de capital e de produção de culturas com intenso uso de mecanização e tecnologia de grande escala. O sistema financeiro acaba por excluir naturalmente os pequenos produtores familiares rurais do acesso ao crédito, principalmente devido a sua falta de garantias. Os programas de crédito voltados especificamente para a agricultura familiar, bem como os programas de microcrédito em geral foram criados com esse objetivo, de garantir renda aos agricultores familiares e pequenos produtores.

*A questão do *Path-dependence* é utilizada nos estudos da economia evolucionária sobre adoção de tecnologia e evolução industrial, segundo a qual, a sequência de eventos ao longo da história determina o regime de crescimento das economias capitalistas.

Tomando como base o método científico descrito por Popper (1975), a metodologia hipotético-dedutiva propõe o desenvolvimento de três etapas de pesquisa: em primeiro lugar a definição do problema a ser pesquisado, em seguida passa-se à sua solução por meio de proposições dedutivas, e finalmente, os testes de falseamento, nos quais as proposições devem ser testadas a fim de se verificar a validade ou não das hipóteses. O método de Popper consiste em aperfeiçoar hipóteses e teorias descritas por demais pesquisadores em função de novos conhecimentos. O autor rejeita a indução e a verificabilidade das teorias, defendendo a falseabilidade das mesmas, a partir de sua discussão, submetendo-as à prova.

O Microcrédito segundo Yunus (2000) teve grande repercussão por sugerir a quebra do paradigma do crédito *versus* a necessidade de garantias reais, por meio do aval solidário, obtendo grande sucesso pelo *Grameen Bank*. Diversos programas de microcrédito nos moldes do modelo apresentado pelo professor Yunus surgiram em todo o mundo e no Brasil, inclusive, que contribuíram para o questionamento do método clássico de crédito para pequenos empreendedores de modo individual e com garantias reais.

Neri (2008) analisou sistematicamente os dados do Crediamigo, maior programa de microcrédito de aval solidário brasileiro, com mais de um milhão de clientes. O resultado da pesquisa confirmou a capacidade dos produtores de superação de sua condição de pobreza e incremento da renda agrícola através do microcrédito. Para ele, o enorme sucesso do modelo em todo o mundo, deveria ser estudado para solucionar os problemas envolvidos na sua aplicação e testado em outras regiões do país.

A ampliação do acesso ao crédito para os mais pobres tem sido apontada na literatura como uma das alternativas para a redução significativa da pobreza. É oportuno verificar se o financiamento concedido potencializa os atributos dos microempresários de baixa renda, ou se existe diferenciação de retornos entre aqueles indivíduos considerados pobres e que tomaram os empréstimos, e os impactos sobre as condições econômicas das famílias (Neri, 2008).

O autor ressalta na mesma obra, o estudo “Diários do Microcrédito” realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2007), o qual avaliou o impacto de longo prazo de iniciativas de microcrédito de três países latino-americanos e do Brasil. Amostra proposital de beneficiários era submetida a uma entrevista semi-estruturada e desta forma pôde-se evidenciar fatores como a dinâmica por trás da decisão de tomar um empréstimo, os elementos determinantes para o pagamento e a extensão subjetiva dos impactos.

No ano de 2001, equipes regionais de pesquisadores aplicaram um total de 1.999 questionários em domicílios de agricultores familiares, envolvendo 2.299 estabelecimentos agropecuários em 21 municípios de oito Estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), coletando informações econômicas, sociais e ambientais para avaliação do Pronaf em trabalho realizado no âmbito do Convênio entre a PCT/IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura)-Pronaf e a Fundação Economia de Campinas. Utilizando os dados dessa pesquisa, Kageyama (2003) realizou estudo objetivando analisar as relações entre o uso do Pronaf-crédito e algumas características econômicas e sociais dos agricultores familiares, como a renda, a pobreza, a pluriatividade e a produtividade agrícola, por meio da comparação entre os beneficiários e não beneficiários do Pronaf.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar se os agricultores familiares do Distrito Federal perceberam um incremento em sua renda agrícola proporcionado pelo crédito do Pronaf, e se o acesso ao financiamento é facilitado aos diversos perfis de produtores ou se o Programa está selecionando aqueles em melhores condições sociais e financeiras.

Além do objetivo principal já destacado, a presente pesquisa pretende ainda analisar as principais dificuldades de acesso ao Pronaf e as diferenças entre beneficiários e não beneficiários do Programa, e discutir se o modelo de microcrédito produtivo e orientado, com aval solidário, é um instrumento que poderia contribuir para a inclusão dos agricultores familiares sem garantias no sistema de crédito, conhecendo a percepção dos produtores sobre o processo de obtenção do crédito quanto ao acesso, disponibilidade de recursos, inclusão financeira e assistência técnica.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento de dados primários e secundários considerando o panorama atual do sistema de concessão de crédito

rural para a agricultura familiar no Brasil. Esse tipo de pesquisa possibilita avaliar a percepção sobre a influência do Pronaf na concessão de crédito aos agricultores familiares da região pesquisada e identificar os pontos críticos desse processo, fornecendo subsídios para propor adequações ao sistema e realçar os pontos positivos, na percepção dos produtores rurais entrevistados.

Os dados primários foram levantados a partir de entrevistas com produtores rurais, através de perguntas previamente formuladas. Todas as questões se baseiam nos questionamentos e hipóteses levantados pelos autores consultados na revisão bibliográfica, para posterior análise dos dados coletados. Foram realizadas 62 entrevistas, dividindo-se a amostra em dois grupos: beneficiários e não beneficiários do Pronaf. O grupo dos não beneficiários é composto por 20 entrevistados, enquanto que o número de entrevistas aos tomadores de crédito (beneficiários) foi de 42. Inicialmente fixado o número de 20 não beneficiários entrevistados, a fim de se formar grupo de comparação, objetivou-se realizar o máximo de entrevistas possíveis com beneficiários para compor o número total da amostra, segundo a disponibilidade de recurso e tempo disponíveis para a pesquisa de campo.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente pelo pesquisador por meio dos questionamentos constantes no formulário de perguntas (vide Anexo). As percepções dos dois grupos foram comparadas por testes qui-quadrado, em tabelas de contingência, permitindo assim analisar as associações entre os dois grupos entrevistados e suas percepções acerca do Pronaf e do microcrédito em geral.

Para viabilizar o encontro com produtores pesquisados, buscaram-se pontos estratégicos de contato com os mesmos como associações, cooperativas, instituições financeiras e empresas prestadoras de serviço técnico. A maior parte das entrevistas foi realizada nos estabelecimentos dos produtores.

O trabalho está organizado em oito capítulos. Além desta introdução, o capítulo 2 contextualiza o agricultor familiar no Brasil e no Distrito Federal. O capítulo 3 apresenta um breve histórico de formação do Sistema Nacional de Crédito Rural e o capítulo 4 versa sobre o Pronaf e contém algumas discussões a respeito do Programa. O capítulo seguinte trata do microcrédito e suas principais características, antecedendo o capítulo 6, o qual discorre sobre alguns principais programas de microcrédito desenvolvidos no país. O capítulo 7 apresenta os resultados e discussões da pesquisa de campo. Por fim, a conclusão do trabalho pertence ao oitavo capítulo.

2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A definição de agricultor familiar no Brasil, delimitada para fins de formulações de políticas públicas para esse público, é dada pela Lei número 11.326 de 2006, a qual considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

“I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;” (Lei 11.326/06)

“II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;” (Lei 11.326/06)

“III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.” (Lei 11.326/06)

“IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” (Lei 11.326/06)

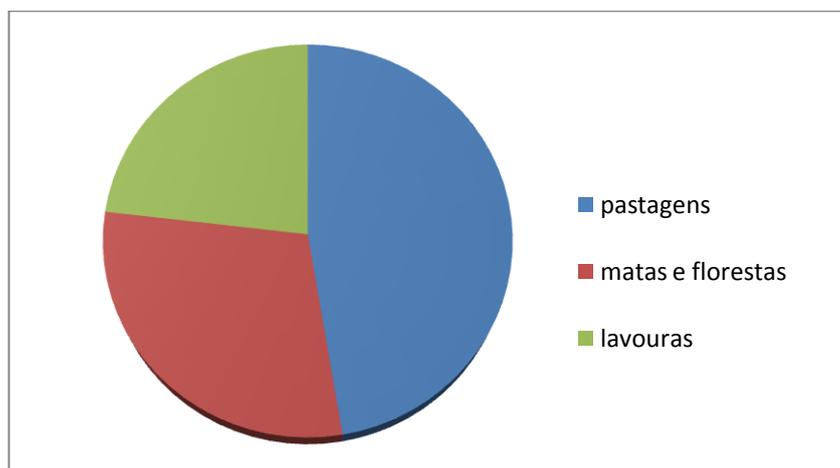
Segundo essa mesma Lei, são também agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, observando-se os requisitos anteriormente citados, quando aplicáveis a cada grupo.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, foram identificados no País, 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total dos estabelecimentos brasileiros. Constatou-se ainda que existem 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar, que corresponde a 74,4% do pessoal ocupado no campo (IBGE ,2009).

Apesar da grande representatividade populacional dos agricultores familiares, estes ocupam praticamente um quarto da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, enquanto que os estabelecimentos não familiares, assim denominados no estudo, ocupam os 75% restantes, apesar de representarem somente 15,6% do total de estabelecimentos. Segundo dados do estudo, a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares e a dos não familiares, 309,18 hectares (IBGE, 2009).

Dos mais de 80 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados às pastagens, 28% da área era ocupada com matas, florestas e sistemas agroflorestais, e as lavouras ocupavam 22% do total (Gráf. 1).

Gráfico 1 – Destinação das áreas dos estabelecimentos agropecuários familiares



Fonte: IBGE (2009).

A produção familiar no Brasil é responsável pela maior parte da produção de mandioca, feijão, leite e suínos, além de representar 50% da produção de aves e obter importante participação na produção de outros alimentos essenciais para o mercado interno.

O total de 3,2 milhões de produtores rurais tinha acesso às terras na condição de proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e abrangendo 87,7% das suas áreas restante de assentados sem titulação definitiva ou como definido no estudo, com “acesso precário” às terras (arrendatários, parceiros e ocupantes).

2.1 Agricultura Familiar no Distrito Federal

No último Censo Agropecuário, relativo ao ano de 2006, o Distrito Federal teve 3.955 estabelecimentos recenseados, que totalizavam uma área de 251.320 hectares, os quais ocupavam um total de 22.324 pessoas. A agricultura familiar no DF corresponde a 1824 estabelecimentos totalizando 10.867 ha e 46% do número de estabelecimentos rurais, ocupando, porém, somente 4% da área total dos

estabelecimentos. Como podemos observar pela Tabela 1, a área média dos estabelecimentos rurais é de 63,6 (ha/estab).

Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários do Distrito Federal

Grupos de área	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (ha)
Estabelecimentos	3.955	251.320
Estabelecimentos Familiares	1.824	10.867

Fonte: Governo do Distrito Federal (2011).

Analisando os dados da Tabela 2, podemos observar que os estabelecimentos rurais familiares do DF cumprem seus principais papéis, que são o uso intensivo e manutenção de mão-de-obra no campo com geração de renda. O estabelecimento familiar no DF, mantém ocupada mais de nove vezes o número de pessoas do que a propriedade agrícola não familiar.

Tabela 2 - Indicadores de produtividade da agricultura familiar

Item	Familiar	Não familiar
Mão de obra (pessoas/100 ha)	59,6	6,6
VBP anual (R\$/ha)	4.286	1.606

Fonte: FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES (2009).

3. HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL (SNCR).

O processo de construção do atual SNCR é de suma importância na compreensão do modelo de desenvolvimento das políticas públicas acerca do tema. Gomes e Lima (2008) afirmam que “há uma lógica histórica e teórica no processo de tomada de empréstimo para pequenos produtores que termina por excluí-los naturalmente do mercado financeiro”. Toneto e Gremaud (2001) acrescentam que foram feitas várias tentativas pelo Estado, ao longo dos anos, de implantação de linhas de financiamentos que sempre apresentaram problemas de focalização, alcance e eficiência: “A intervenção pública, por meio dos bancos oficiais, acaba não resolvendo o problema, tanto por problemas de alcance como de eficiência.”

Até 1930, a maioria dos créditos concedidos aos agricultores se dava através de comerciantes e exportadores, que financiavam a produção com penhora desta ou da propriedade rural. Esse foi o sistema que prevaleceu na fase áurea da cafeicultura, ou seja, durante a segunda metade do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. Em 1931, o Banco do Brasil passou a atuar diretamente no financiamento da compra de café e, em 1937, foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) (FARIA, 2003, p. 18, apud BACHA et al. 2006). Essa instituição foi a única executora do crédito rural no Brasil até 1964, quando foi criado o Banco Central do Brasil (BACEN).

O período de 1946 a 1964 é marcado por seguidos planos de desenvolvimento econômico que deram ênfase às atividades urbanas e industriais. Nesses 19 anos, muito pouco se investiu na criação de infra-estrutura (transportes, armazenagem, comunicação e portos) e capacitação humana, e poucos estímulos via crédito rural foram dados à expansão e modernização da agropecuária. Nesse período houve, na verdade, transferência de renda da agricultura para os setores não agrícolas através da discriminação na política cambial (BARROS, 1979 apud BACHA et al. 2006)

Conforme acrescentam Spolador et al. (1977) e Gimenes et al. (2008), entre 1940 e 1960: as principais políticas nesse sentido acabaram transferindo recursos do setor agrícola para os outros setores da economia, caracterizando a lógica do

desenvolvimento econômico brasileiro, qual seja, a de estabelecer uma direção rumo à urbanização

Pela falta de programas de investimento na agricultura verificou-se um período de crise de produtos e inquietação urbana, quando nos anos 50 ocorreram aumentos sucessivos de preços dos produtos agrícolas, culminando com uma crise de abastecimento de alimentos em 1959 (Meyer et al, 1973)

A partir dos anos 60 o Ministério da Fazenda e o Banco Central criaram um conjunto de medidas com o objetivo de estimular a produção agrícola brasileira, fortalecendo a situação financeira dos produtores rurais e propiciando a adoção de tecnologia moderna no setor rural (GIMENES et al, 2008).

A política agrícola adotada a partir de 1965 produziu um rápido crescimento da participação do crédito rural no total do crédito destinado a investimentos na economia. Em 1964 essa participação era de 29% e cresceu para 53,3% em 1966, atingindo 71 % em 1968 (GIMENES et al, 2008).

Os anos de 1964 e 1965 marcam as mais importantes mudanças na política de crédito brasileira com a criação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural e a Lei nº 4.829, de 5 de Novembro de 1965, que institucionalizou o Crédito Rural.

A Lei 4.829 de 1965 foi criada estabelecendo que 10% dos depósitos à vista dos bancos comerciais deveriam ser alocados aos empréstimos agrícolas. Posteriormente, foi criada a Resolução número 260/65, que aumentou a obrigatoriedade para 15% e garantiu que as taxas de juros cobradas nos empréstimos rurais seriam limitadas a 75% da taxas cobradas nos empréstimos comerciais. O resultado dessa nova política de crédito foi o aumento dos recursos para financiar o crédito rural, bem como o maior interesse das instituições financeiras em conceder os empréstimos (GIMENES et al, 2008).

Os principais objetivos dessa Lei eram estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais, favorecer o custeio oportuno e adequado da produção da comercialização e o financiamento de parte dos custos de produção; Possibilitar o fortalecimento econômico dos pequenos e médios produtores, principalmente, favorecendo sua formação de capital e incentivar a introdução de métodos racionais

de produção, visando o aumento da produtividade, com adoção de novas tecnologias (Lei n.º 4.829 de 1965). Como consequência dessas transformações pretendia-se alcançar uma melhoria do padrão de vida das populações rurais.

A partir dos anos 60, o Brasil começou a experimentar uma profunda modernização em sua agricultura, baseada no modelo então denominado "Revolução Verde", quando sementes melhoradas que respondiam rapidamente ao uso de adubos químicos necessitavam de aplicação de agrotóxicos, e com operações geralmente mecanizadas.

Para Gomes e Lima (2008), a partir deste período, se inicia o histórico de exclusão dos pequenos agricultores, quando se verifica que as correntes políticas e econômicas vencedoras no debate quanto ao modo de condução da política agrária levaram o crédito de modo a fortalecer exclusivamente a "grande agricultura".

Nos anos 70 o crédito rural foi muito subsidiado, com o interesse do governo em ampliar a fronteira agrícola. A produção no cerrado brasileiro ganhava força com a produção de grãos, que exigia a abertura de novas áreas e adoção de novos "pacotes tecnológicos" desenvolvidos pela agroindústria, um dos instrumentos da Revolução Verde.

No período de 1970 a 1986, os empréstimos rurais foram concedidos no Brasil a taxas de juros reais negativas. Ao longo desses 17 anos, houve a transferência de R\$ 89,48 bilhões (a preços de agosto de 1994) de renda do setor bancário para a agropecuária, o que representou 11,4% do PIB da agropecuária no mesmo período (BACHA, 2004, p.170). Esse subsídio se viabilizou, em parte, em virtude das emissões de base monetária e das transferências do Tesouro Nacional ao sistema bancário (BACHA; DANELON; BEL FILHO, 2006). Essa política acabou se mostrando insustentável posteriormente.

Com a crise internacional do petróleo dos anos 70 e o aumento das taxas de inflação no Brasil, a política de crédito rural foi mantida, mas ficou mais onerosa ao Estado:

O objetivo da política econômica era enfrentar os desequilíbrios da economia, daí levanta-se uma série de críticas à política agrícola, dentre as quais se destacam: o aumento do subsídio à medida que o processo inflacionário passou a crescer de forma mais vigorosa a partir de 1974 produzindo taxas de juros reais

negativas, a baixa participação dos produtores que obtinham crédito formal e a concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários de terra (GIMENES et al, 2008).

Já na década de 80, o modelo de concessão do crédito rural vigente foi muito criticado e gerou vários debates sobre sua sustentabilidade. A instabilidade econômica do País gerada pela crise fiscal não suportava o forte subsídio concedido ao setor.

Com o processo inflacionário da década de 1980, a população deixou de manter saldos em depósitos a vista, preferindo aplicar esses recursos em fundos indexados à inflação e com grande liquidez. Isso acarretou o esgotamento das fontes de recursos não inflacionárias e o sistema de crédito rural foi se tornando cada vez mais dependente da complementação feita pelas autoridades monetárias (BACHA; DANELON; BEL FILHO, 2006).

Os principais críticos argumentavam que seus efeitos eram poucos significativos sobre o crescimento da produção agrícola, sobre as tecnologias empregadas pelos produtores rurais e também sobre a elevação dos níveis de produtividade. Nesse período os desequilíbrios da economia brasileira haviam se acentuado com a aceleração do processo inflacionário e como as taxas de juros dos empréstimos agrícolas eram inferiores às cobradas no mercado financeiro, em anos de inflação alta os custos do programa superava seus benefícios. Um outro efeito perverso do sistema ocorria em relação à distribuição do financiamento aos produtores rurais. Quando as taxas de juros eram mantidas constantes mesmo em períodos de elevação dos preços, os grandes proprietários de terra ficavam com a maior parte dos subsídios Mata (1982; SAYAD, 1981, apud GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008).

Nessa década, o crédito rural representava 20% da soma da base monetária com a dívida pública. Com o resultado da política monetária, essa participação caiu para 12% em 1981, demonstrando que a redução nas taxas de crescimento da oferta dos meios de pagamento não poderia prescindir dos cortes efetuados no volume de recursos destinados ao crédito rural. Por outro lado, a demanda por crédito rural crescia rapidamente devido às condições favoráveis nos mercados interno e externo para os produtos agrícolas, o que aumentou a dependência do crédito rural das aplicações compulsórias dos bancos, já que os depósitos a vista

minguaram em função da corrosão do poder aquisitivo da moeda pela inflação, e da alocação de recursos de forma complementar por parte das autoridades monetárias. Entendendo que uma das causas do processo inflacionário seriam os subsídios dados ao crédito rural e as emissões monetárias utilizadas para financiar complementarmente os produtores, o governo resolve alterar a política agrícola e decreta o fim da Conta Movimento do Banco do Brasil* (OLIVEIRA; MONTEZANO, 1982; SPOLADOR, 2001; SAYAD, 1982, apud GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008).

A extinção da Conta Movimento do Banco do Brasil ocorreu no ano de 1986, fato que limitou os recursos para o Crédito Rural à disponibilidade da União. Também foi criada a Poupança Rural, permitindo que bancos oficiais operassem com essa fonte de recursos. A partir de 1987, a necessidade de ajuste fiscal do governo fez com que o crédito rural tivesse elevação de sua taxa de juros real.

De acordo com Servilha (1994 apud BACHA; DANELON; BEL FILHO, 2006), ao longo da década de 1980 ocorreram as seguintes alterações na política de crédito rural:

I) Redução da participação das autoridades monetárias como fonte de recursos;

II) Uso mais intensivo de recursos próprios dos produtores. Houve também reforma nas contas públicas, unificação orçamentária, fim da Conta Movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, que passou a controlar as operações realizadas por ordem do Tesouro Nacional.

*Conta que o Banco do Brasil mantinha com o Banco Central na qual essa instituição cobria automaticamente a diferença entre os fluxos correntes de aplicações e os fluxos de retornos (amortização mais juros) de empréstimos para o setor agropecuário. Esse mecanismo de transferência de recursos foi muito criticado, pois as dotações não constavam no Orçamento da União.

De acordo com Spolador (2001, p. 12):

Face à necessidade de novas alternativas de financiamento, o governo, agora como agente regulador e estimulador, passou a apoiar a criação de novas fontes de recursos (a CPR – Cédula do Produto Rural, por exemplo), abandonando a forma de atuação do período anterior, ou seja, a função principal de gerador de recursos para o crédito rural. Em 1988, com o objetivo de incentivar novas fontes não inflacionárias de financiamento, a constituição daquele ano criou os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FNECO) que seriam gerados através da alíquota de 3% da arrecadação do IPI e do IR.

Na década de 90 a economia brasileira é marcada pela sua inserção no mercado internacional, com redução das tarifas de importação, desvalorização da moeda no governo Collor e a drástica valorização do câmbio até 1999. Destacam-se também nesta década o processo de estabilização dos preços e a gradual saída do governo no financiamento da agricultura. Essa nova forma de atuação do governo é decorrência da política fiscal, do esforço de modernização do Estado e do controle dos gastos públicos (MELO, 1997; SHOUCHANA; PEROBELLI, 2001; GASQUES, 2000, apud GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008).

A partir de 1991, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) teve maior sua participação no crédito rural. Sua carteira de aplicações agropecuárias foi elevada através da criação do Finame Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame) e do Programa de Operações Conjuntas (POC).

Até 1994, o financiamento do agronegócio brasileiro caracterizou-se por uma forte dependência de recursos. O controle de preços dos alimentos era realizado por meio de uma política anti-inflacionária, e não por meio de uma Política de Preços Mínimos. Essa fase culminou com um grande descompasso entre o custo do financiamento (indexado) e o preço dos produtos agropecuários. Nesse contexto, o sistema financeiro reduziu sua atuação no crédito rural em razão do elevado risco da atividade.

A partir de 1994 ocorre um vigoroso aumento da dívida dos produtores rurais em virtude do descasamento entre a correção dos preços mínimos e a correção dos

financiamentos contraídos nas instituições financeiras, já que a partir do plano Collor I a correção dos preços mínimos pelo IPC foi de 41,28% enquanto a dívida, corrigida pelo mesmo indicador, foi corrigida em 84,23% (GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008).

Para Graziano da Silva e Del Grossi (2002), a sensível queda da renda proveniente das atividades agropecuárias foi resultado da conjugação de três elementos: a queda dos preços dos produtos agropecuários, a elevação dos custos do trabalho e do crédito e a redução do ritmo de inovação no setor agropecuário. Segundo os autores, a abertura indiscriminada das importações no governo Collor em 1990 gerou internalização dos baixos preços vigentes nos mercados internacionais dos produtos agrícolas subsidiados por outros países. Esse fato contribuiu para a queda dos preços agrícolas desde então. A elevação dos custos de trabalho se deve em parte à recuperação do valor real do salário mínimo, promovida a partir do Governo Itamar Franco (1992-94), que conseqüentemente, aumentou os custos de produção, mais sensivelmente dos pequenos produtores.

Após 1995, o Tesouro Nacional diminuiu sensivelmente sua participação na concessão de crédito rural, dando prioridade à equalização da taxa de juros. A importância do Tesouro Nacional no total de crédito concedido em 1994 era de 27,11% e, em 1999, de apenas 0,11%. No sistema de equalização, o Tesouro Nacional paga ao sistema bancário a diferença entre a taxa de juros que este gostaria de receber nas operações de crédito rural e a que de fato os bancos recebem dos produtores rurais (fixadas pelo SNCR). Com isso, o Tesouro Nacional faz com que os bancos se interessem mais por conceder créditos à agropecuária. Segundo Gasques e Conceição (2001, p. 103), “as estimativas feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional são de que, para cada real aplicado pelo governo em 1996, foram mobilizados cerca de 9 reais de recursos privados aplicados no crédito rural”. No período de 1997 a 1999, os gastos reais do Tesouro Nacional com a equalização de juros aumentaram em 76%, segundo dados do Tesouro Nacional (BACHA; DANELON; BEL FILHO, 2006).

Implementado em 1996, o Programa de Securitização foi criado para facilitar o pagamento das dívidas até R\$ 200 mil, com prazo de pagamento de sete anos e juros de 3% ao ano acrescido da variação dos preços mínimos. Os grandes proprietários de terra, com dívidas superiores a esse valor, foram enquadrados no

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos (GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008).

O Programa de Securitização das dívidas dos agricultores permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária. A Securitização foi necessária, pois, nas tentativas de estabilização da economia que se sucederam no Brasil, diversos desencontros entre a correção das dívidas e dos preços mínimos foram muito desfavoráveis aos agropecuaristas (Banco do Brasil, 2004).

Desde o início dos anos 80, observava-se uma redução significativa no volume de crédito concedido ao setor rural. A criação do plano real em 1994 e a estabilização do câmbio regularizaram a crise fiscal sofrida na década anterior. A partir daí, com o cenário econômico favorável aliado a outras medidas estruturais, o volume de crédito começou a aumentar.

Nesse período, após grandes reivindicações dos agricultores familiares em dificuldades de se manter no campo, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP). Esse Programa teve enorme importância por ser a primeira política pública diferenciada por categorias de produtores rurais (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Ainda apontam os autores, que o PROVAP “seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares”.

Na tentativa de minimizar a concentração de renda dos médios e grandes agricultores, que até então, conseguiam a maior parte dos financiamentos, o governo criou o Pronaf em 1996. Uma importante estratégia do programa era que à época seus recursos tinham origem do FAT (Fundo do Amparo ao Trabalhador) e do FAE (Fundo Extra Mercado), que utilizavam reservas financeiras de empresas estatais. Juntamente com o FAT, o BNDES e a Poupança Rural substituíram quase que integralmente os recursos advindos do Tesouro Nacional.

A tendência de aumento do crédito rural de 1997 a 1999 continuou de 2000 a 2003, mas com maior intensidade. Entre 1997 e 1999 o volume de crédito rural aumentou à taxa geométrica anual de 1,77% e, no período de 2000 a 2003, à taxa anual de 13,11%. As razões para esse aumento no crescimento são os maiores gastos do Tesouro Nacional na equalização da taxa de juros, as novas linhas de crédito para investimento, a renegociação das dívidas (diminuindo a vulnerabilidade

do sistema bancário) e a criação da CPR financeira (BACHA; DANELON; BEL FILHO, 2006).

Em 30/12/2004, pela lei nº 11.076, foram instituídos novos instrumentos privados de financiamento do agronegócio, os quais são: o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Os dois primeiros são emitidos por produtores rurais, empresas agropecuárias, cooperativas e associações de produtores; o CDCA é emitido por pessoas jurídicas que beneficiam, comercializam ou industrializam produtos agropecuários; a LCA é emitida por instituições financeiras e a CRA, por empresas securitizadoras. Esses cinco novos instrumentos foram instituídos com o propósito de aumentar a participação do setor privado no financiamento do agronegócio, o que permitiria aumentar a disponibilidade de capital para o setor e aliviar as pressões sobre o governo federal para ampliar o crédito rural oficial (BACHA; DANELON; BEL FILHO, 2006).

Após 2006, várias políticas de renegociação de dívidas foram implementadas na intenção de recuperar a renda dos produtores atingidos pela frustração da safra de 2005/2006.

Almeida e Zylbersztajn (2008) ao estudarem a evolução nas formas contratuais de crédito agrícola, afirmam que essa se baseou na resposta a três desafios centrais:

- I) a retirada gradual do recurso controlado pelo governo;
- II) a conseqüente entrada de empresas privadas no mercado de crédito por meio do *trade credit*;
- III) a necessidade de adaptar o contrato de crédito às incertezas do ambiente.

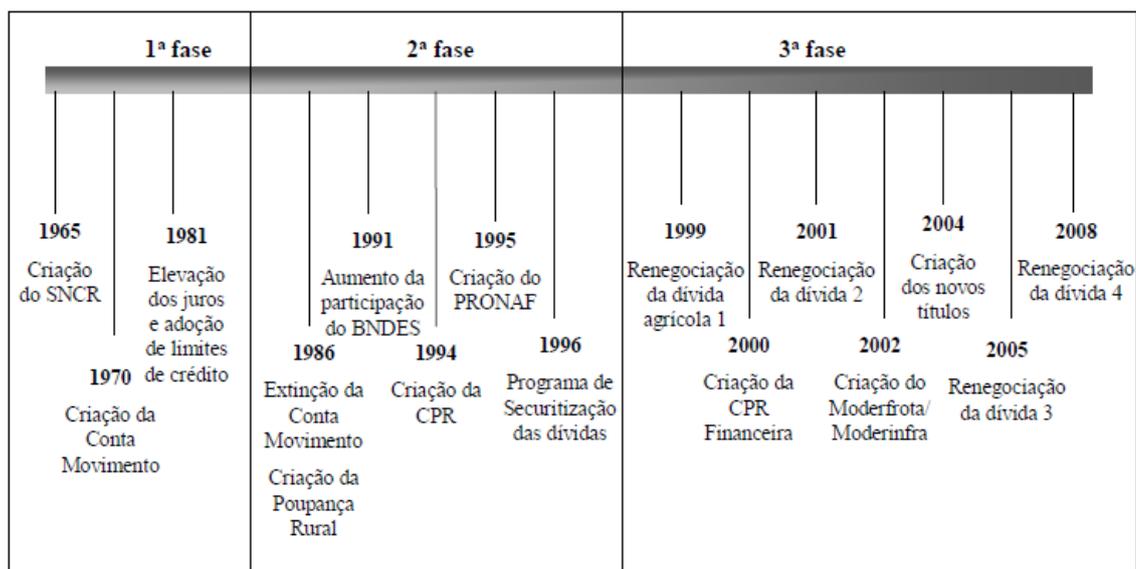


Figura 1 - Principais marcos institucionais do sistema de crédito agrícola no Brasil. Fonte: ALMEIDA; ZYLBERSZTAJN (2008).

3.1 Panorama Atual do Crédito Rural no Brasil

O SNCR vigente é constituído por órgãos básicos, vinculados e articulados. São órgãos básicos o Banco Central, Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB). Como órgãos vinculados temos o BNDES, bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. Por último, existem os órgãos articulados que são os órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica (Fig. 2). Todos

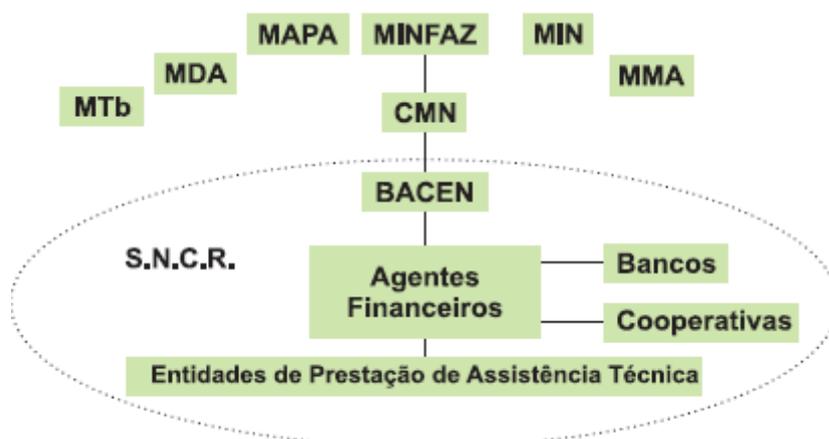


Figura 2 - Sistema Nacional de Crédito Rural. Fonte: Banco do Brasil (2004).

esses órgãos devem funcionar de forma a garantir ao crédito rural alguns pressupostos como taxas diferenciadas, proteção ao risco, possibilidade de prorrogação de pagamentos, seguro à produção e garantia de preços mínimos.

Os recursos a serem aplicados no ano safra (período compreendido de julho do ano corrente a junho do ano seguinte), são definidos no plano agrícola e pecuário, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Basicamente, os planos de safra contemplam as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados à agropecuária, inclusive o montante de crédito a juros favorecidos a ser disponibilizado. Esse montante depende da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional para viabilizar o subsídio financeiro que, direta ou indiretamente, sempre esteve presente nas políticas para o setor. Cabe salientar que o subsídio à produção agropecuária é prática adotada, com maior ou menor intensidade e de forma diversificada, pelos governos de todos os principais países produtores, como política de incentivo, sob a argumentação de que a dependência climática é um risco adicional da atividade agropecuária, quando comparada à indústria ou ao comércio. (BANCO DO BRASIL, 2004).

No caso brasileiro, o subsídio à agropecuária é diferente daquele praticado em muitos países. Não há intervenção direta do Estado, apenas a equalização das taxas concedidas no financiamento.

4. CRÉDITO RURAL ESPECÍFICO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF

4.1. Conceito

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar (BANCO CENTRAL, 2010).

São beneficiárias do Pronaf as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" (Res 3.559; Res 3.570 art 4º).

Segundo essa mesma resolução, estão incluídos no grupo de beneficiários do programa: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento; Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; Aquicultores, maricultores e piscicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; Comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos; Povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus

produtos e agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente (Res 3.559; Res 3.570 art 4º).

Para delimitação de análise deste capítulo, consideremos principalmente a modalidade do Pronaf para custeio e investimento e destaquemos dois grupos em especial, por englobar a grande maioria dos tomadores de crédito e por fazerem parte da amostra a ser pesquisada neste trabalho:

Grupo "B": agricultores familiares que:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

II - residam na propriedade ou em local próximo (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

IV - obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

V - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

E o grupo de agricultores familiares que:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

II - residam na propriedade ou em local próximo (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

IV - obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecede a solicitação da DAP acima de R\$4.000,00 (quatro mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (Res. 3.559; Res. 3.570 art. 4º);

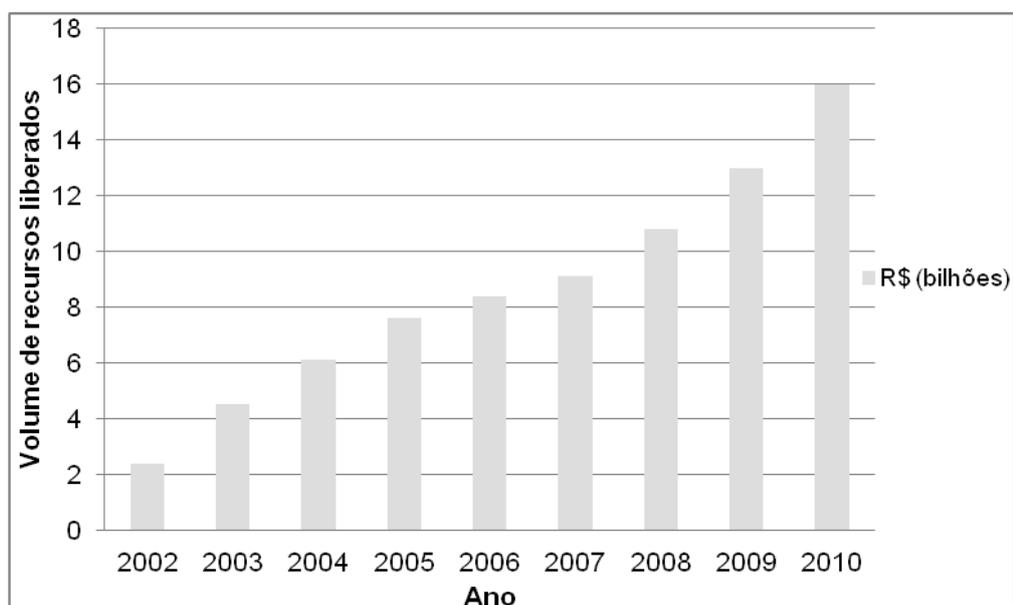
4.2. Dimensão do Programa

Para agricultura familiar, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram aplicados R\$ 11,3 bilhões dos R\$ 16 bilhões programados para a safra 2010/2011 ou 71% do total dos recursos programados. Em relação à safra 2009/2010 a aplicação caiu 0,7%, apesar do volume de recursos liberados aumentar ano após ano (Gráf. 2)

O lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/12 trouxe medidas importantes para a melhoria do Programa. Para a safra deste ano foi programado o mesmo volume de recursos utilizado na safra anterior, R\$ 16 bilhões, de acordo com Plano Safra da Agricultura Familiar.

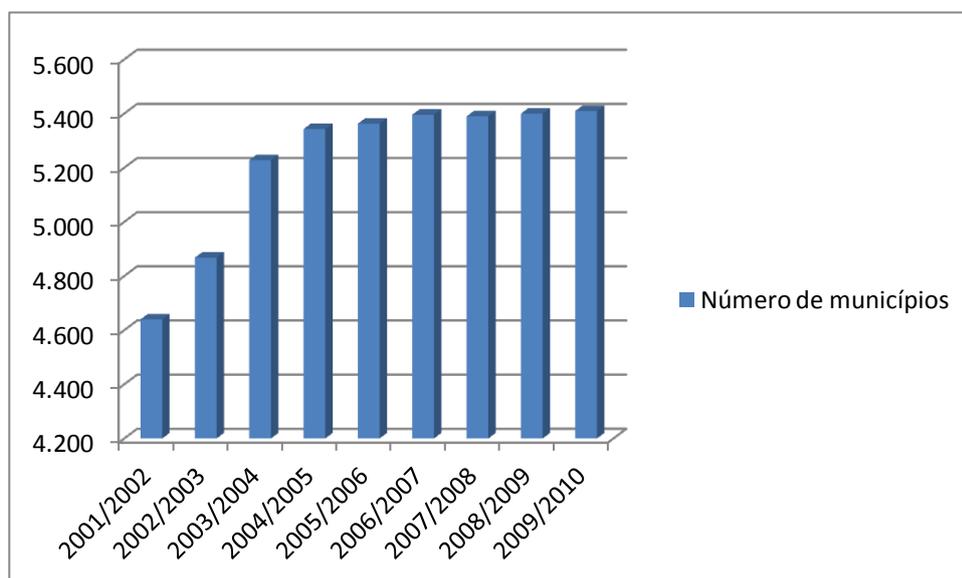
As taxas de juros das linhas de investimento do Pronaf Investimento foram reduzidas de 4% para 2% ao ano, dos juros das operações acima de R\$ 10 mil; e juros de 1% ao ano para operações de até R\$ 10 mil. Além disso, houve ampliação de oito para dez anos do prazo de pagamento e o limite de financiamento foi ampliado para até R\$ 130 mil para contratos de investimento. Para o Pronaf Mais Alimentos: redução de 2% para 1% ao ano da taxa de juros de financiamentos de até R\$ 10 mil. Além disso, outras medidas de ampliação das políticas de ATER, comercialização e seguro foram implementadas.

Gráfico 2 - Evolução do Pronaf no Brasil, no período de 2002 a 2010.



Fonte: MDA (2010)

Gráfico 3 - Evolução no número de municípios atendidos pelo Pronaf por ano-agrícola.



Fonte: DIEESE (2011)

4.3. Pontos críticos do Programa

A agricultura familiar, no Brasil, responde por pela maior parte dos estabelecimentos rurais (84%) e do pessoal ocupado (74%), segundo dados do

IBGE (Censo Agropecuário 2006). Apesar de sua predominância sobre o total, os agricultores familiares ocupam somente 24% da área total dos estabelecimentos e enfrentam grandes dificuldades para competir com a agricultura patronal.

O Pronaf surgiu como uma tentativa de construção de um novo modelo de Estado adotado no Brasil, revertendo as políticas adotadas nas últimas décadas, que se delinearão privilegiando maiores produtores que tinham mais garantias, em detrimento das demais (AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004)

A análise dos dados do volume de recursos liberados (Fig. 3) sugere que o programa vem obtendo sucesso em sua aceitação. Cabe, porém, analisar se esse crescimento está ocorrendo de modo satisfatório, com sustentabilidade e alcance dos reais objetivos para o qual ele foi criado. Tentaremos discutir neste tópico, alguns pontos da regulamentação do sistema de concessão de crédito do programa e suas diretrizes. Algumas de suas características merecem destaque, já que são pontos frequentes de questionamentos de sua eficácia para alcançar os reais objetivos do programa.

Sendo agentes financeiros os responsáveis pelo financiamento da produção, segundo normas específicas definidas pelas instâncias governamentais competentes, não se pode deixar de levar em conta suas características de disponibilização dos serviços e políticas de trabalho. Como instituições capitalistas que visam o lucro, naturalmente a gerência destas instituições buscará realizar negócios com clientes (ou futuros clientes) que tenham boas condições financeiras para arcar com os compromissos em dia ou realizar novos negócios mais interessantes ao banco.

O Pronaf é um crédito, subsidiado, com juros muito baixos, inferiores até à remuneração de diversos investimentos disponíveis no mercado. Isso faz com que mesmo aqueles produtores que não precisam do crédito tenham muito interesse na sua contratação para não utilizar capital próprio e ter a oportunidade de investir em aplicações de maior retorno que a cobrança de juros do crédito contratado. Temos aí um problema, já que, naturalmente, esses produtores mais capitalizados e com maior capacidade de oferta de garantias tendem a ser os principais tomadores de crédito.

A oferta de garantias por boa parte dos produtores é um grande problema para a maioria do público do Pronaf. Segundo Abramovay e Veiga (1999), a contribuição positiva da agricultura familiar à ocupação e geração de renda no campo é inibida

por dificuldades como a que o setor bancário se opõe a que um segmento dotado de precária base patrimonial e incapaz de oferecer contrapartidas faça parte de sua clientela regular.

Outro ponto a ser discutido na legislação é que o programa admite agricultores familiares que empreguem até dois assalariados permanentes. Resulta daí, duas consequências importantes: a primeira é que se tornam candidatos ao crédito do Pronaf, agricultores com capacidade de oferecer aos bancos garantias reais e contrapartidas, que tenderão a absorver parte significativa dos recursos, sobretudo de investimento. A segunda é que aumenta a participação do sindicalismo patronal na execução local do Pronaf. A disputa pelos recursos do programa é importante, já que representam a primeira linha nacional de crédito de investimento depois de muitos anos de escassez quase absoluta nesse sentido (Abramovay e Veiga, 1999).

O problema da má distribuição dos recursos se agrava ao percebermos a possibilidade de beneficiamento de parcela dos agricultores em situação menos desejável para aproveitamento dos recursos, como aqueles integrados com agroindústrias.

Mesmo se destinado à agricultura familiar, o crédito tende a concentrar-se em dois de seus segmentos: aqueles cujos contratos com a agroindústria lhes fornecem garantias de comercialização, e também os que possuem base patrimonial para assegurar os empréstimos bancários e renda suficiente para oferecer contrapartidas aos bancos (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999). Longe de alcançar o real objetivo do programa, é possível que o PRONAF possibilite “o barateamento e a simplificação burocrática das operações com capital de giro das empresas integradoras”, como acrescentam os autores.

Os autores Silva; Correa; Neder (2007), ao estudarem a distribuição dos recursos no Norte e Nordeste, verificaram que os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Rural têm conseguido menos acesso aos recursos, assim como os agricultores menos integrados economicamente captam a menor parte desses financiamentos.

Guanziroli (2007) explica essa concentração natural dos recursos:

Em suma, a maior destinação de recursos do Pronaf aos agricultores mais especializados e de renda mais altas (entre os agricultores familiares) é coerente com a realidade da

agricultura familiar e com a demanda de crédito existente entre as diferentes categorias. Essa demanda, uma vez atendida, logicamente acabou sendo investida preferencialmente em produtos da monocultura como soja, milho e fumo e regiões desenvolvidas do País (Sul e Centro Oeste).

Outro consenso entre alguns estudos sobre a eficácia do Pronaf aponta que os recursos foram muito concentrados no Sul e Sudeste, duas das regiões mais ricas e desenvolvidas do País. Segundo dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, foram os estados que mais utilizaram o crédito do PRONAF em 2010, respectivamente (Tab. 3).

Tabela 3 - Valor financiado pelo Pronaf segundo destinação do financiamento

Brasil e grandes regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %
Norte	187.513,10	3,3	664.819,60	10,6	852.332,80	7,1
Nordeste	356.137,20	6,2	1.175.557,30	18,7	1.531.694,50	12,8
Sudeste	1.434.744,40	25,1	1.479.295,40	23,6	2.914.069,90	24,3
Sul	3.386.065,70	59,2	2.460.825,20	39,2	5.846.890,90	48,8
Centro-Oeste	351,112,8	6,1	492.536,60	7,9	843.649,40	7
Brasil	5.715.603,20	100	6.273.034,20	100	11.988.637,40	100

Fonte: DIEESE (2011)

Podemos verificar a alta participação das liberações para fumo e soja sobre o total financiado, lembrando que estes produtos têm ligação direta com a produção agroindustrial e de exportação. Paralelamente, verificamos a baixíssima participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno. Haveria também domínio quase que total dos recursos na região Sul nos primeiros anos de implantação do Pronaf que estaria sendo contrabalançado nos anos posteriores (PETRELLI, 2004 p. 7).

Podemos constatar que o processo de liberações de recursos pelo Pronaf pode estar selecionando beneficiários pela sua condição econômica e especialização. Este é um grave problema para um programa voltado para a agricultura familiar que deveria resultar em aumento da renda dos produtores familiares e beneficiar a diversificação de produção, um dos pilares da agricultura familiar.

Das monoculturas citadas como preferencialmente beneficiadas pelo Pronaf, a cultura do fumo merece destaque. Não há como negar que esse produto traz malefícios não só aos consumidores de tabaco, mas também aos trabalhadores do processo de produção agrícola do fumo. É um contra-senso esse tipo de produção com recursos subsidiados pelo governo, que também muito despende recursos na área da saúde para combater os malefícios causados pelo produto. No entanto, a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2005/2006, produtores de fumo, que trabalham em parceria ou integrados com agroindústrias só poderão ter acesso ao Pronaf desde que, no mínimo, 20% de sua receita seja gerada de outra atividade produtiva:

“É vedada a concessão de crédito ao amparo do Pronaf relacionado com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras, ressalvado que pode ser concedido financiamento de investimento a produtores de fumo que desenvolvem a atividade em regime de parceria ou integração com agroindústrias, desde que: (Res. 3.299 art. 1º III)”

“I - o investimento não se destine exclusivamente à cultura do fumo e seja utilizado em outras atividades que fomentem a diversificação de explorações, culturas e/ou criações e a reconversão da unidade familiar (Res. 3.299 art. 1º III);”

“II - no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, fique comprovado que, no mínimo, 20% da receita gerada pela unidade de produção tenha origem em outras atividades que não o fumo (Res. 3.299 art. 1º III).”

Mesmo com a exigência de um pequeno percentual de diversificação, trata-se de um avanço no controle da disparidade gerada nessa cadeia de produção, especificamente.

Analisando o caso dos limites de renda obtida na propriedade, alguns agricultores incluídos no grupo B e A/C* ficam impedidos de contratar essa linha de crédito por ter outro tipo de renda que a agropecuária do seu estabelecimento. Nem sempre esse tipo de agricultor consegue retirar no mínimo 30% (grupo B) ou 70 % (grupo A/C) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento rural, já que alguns recebem outros benefícios como aposentadoria ou bolsas de outros programas do governo, que são aplicadas na propriedade para a produção agrícola. Um caso muito comum na região do Nordeste é o fato de que muitos agricultores deixam sua propriedade para trabalhar vários meses do ano em outros estados, durante a seca ou entressafra, adquirindo renda como prestador de serviço, e retornando na época das chuvas para produzir em suas terras.

O microcrédito, de modo geral, pode ser visto sob dois prismas, um voltado às ações sociais de combate a pobreza, com ênfase na geração de emprego e renda, e um outro referente ao chamado modelo “empresarial”, que visa operar com produtores já estabelecidos e constitui o modelo mais praticado no Brasil, pois incorrem em menos riscos por se tratarem de projetos já existentes cujo processo de assimetrias de informação tendem a ser amenizados, assim pode se verificar que, ao contrário, no modo comum às assimetrias tendem a dificultar o processo de empréstimo bancário (Hermam, 2005 apud Gomes e Lima, 2008). É preciso que se crie mecanismos que gerem oportunidade ao grupo dos agricultores mais pobres e menos estabelecidos.

Tendo em vista o conceito de North (1990) de instituição, enquanto conjunto de normas, regras, hábitos e sua evolução, o processo de crescimento econômico implica incorporar seu ambiente histórico e suas especificidades locais. Para aumentar a eficácia na aplicação dos recursos destinados ao agronegócio, é necessário considerar as diferenças entre as regiões, a diversidade de estrutura fundiária e os recursos tecnológicos utilizados por cada cadeia de produção,

*Compõem os grupos A/C: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;

Também estão incluídos no Grupo "A/C" os agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, desde que observado o disposto na Lei 4.504, de 1964, especialmente em seus artigos 60 e 61, bem como no art. 5º, caput e incisos II, III e IV, do Decreto 3.991, de 2001.

evitando assim problemas como os citados acima. É preciso rever alguns critérios muito amplos e generalizados na legislação, que se aplicam a todos os produtores e todos os produtos. O Pronaf é um importante instrumento de política agrícola que deve ser constantemente avaliado, revisto e reformulado para que o real objetivo do programa seja alcançado.

5. MICROCRÉDITO

5.1 ORIGEM

O conceito de microcrédito foi desenvolvido pelo economista Muhammad Yunus, em Bangladesh, na década de 70, ao constatar a dificuldade que as pessoas pobres tinham no acesso ao crédito bancário em seu País. O problema que inquietava o professor Yunus era o fato dos indivíduos muito pobres não terem nenhuma outra oportunidade de conseguir uma ajuda financeira para poder aumentar sua renda e melhorar sua condição de vida. Numa região extremamente pobre como aquela, a maioria da população não tinha emprego, e só restava o trabalho autônomo em atividades agrícolas, artesanato e pequenos trabalhos como fonte de sustento.

Sem o empréstimo, os mesmos não têm capital para bancar sua atividade, e sem atividade, eles não têm de onde tirar seu sustento. Essa população sem emprego ficava dependente dos intermediários financeiros (agiotas), já que eram os únicos a emprestarem dinheiro a esse povo, porém, cobrando juros altíssimos.

Yunus criou um projeto de empréstimos informais a algumas poucas famílias em sua cidade. O sucesso do curioso método de atuação do professor Yunus, após a constatação dos enormes benefícios a essas famílias, possibilitou a criação do Banco Grameen, que difundiu o microcrédito para vários Países e ajudou milhões de habitantes do mundo inteiro a superar seu estado de miséria.

O autor desmistifica a ideia de que não é possível emprestar recursos financeiros às pessoas que não só são incapazes de oferecer garantias, mas que também não têm emprego ou sequer são alfabetizadas. Fatos que corroboram a afirmação advêm dos dados de retorno dos pagamentos dos empréstimos do banco, que são acima de 90%.

Os requisitos para fazer parte da clientela do banco eram preferencialmente mulheres, desempregadas, reunidas em grupo de cinco pessoas e com aptidão para uma atividade autônoma. Esses clientes também deveriam fazer parte da parcela dos 25% mais pobres da população.

Juntamente com o Banco Grameen, o autor implantou em Bangladesh um banco rural, com os mesmos princípios. O projeto deu certo, e aliado à transferência de tecnologia e treinamento básico dos agricultores, observou-se um aumento considerável da produtividade e conseqüentemente maior renda aos mesmos.

5.2 CARACTERÍSTICAS

A definição de microcrédito possui três variáveis essenciais: é dirigido para os pobres, o valor dos empréstimos é pequeno e inexistente a necessidade de garantias Yunus (2000).

O autor também fixa três características essenciais para um bom programa de microcrédito: a formação de grupos para aquisição dos empréstimos, o sistema de empréstimos progressivos, começando sempre com um valor baixo, e o sistema de pagamentos regulares.

O **aval solidário** consiste em reunir um grupo de tomadores com as mesmas características, com os mesmos objetivos e projetos semelhantes, constituindo um grupo de aval onde todos se responsabilizam por todos pelo pagamento dos empréstimos, sob pena de restrição a novos créditos em caso de inadimplência. Além do incentivo moral de cada tomador em honrar os compromissos, o restante do grupo pode arcar temporariamente com a parcela de um dos membros em caso de dificuldade financeira momentânea. A continuação do pagamento das parcelas não compromete a retirada de novos recursos e, portanto, não agrava ainda mais a situação do financiado, que tem a oportunidade de se reorganizar e continuar na atividade. Além disso, o grupo de aval compartilha experiências e consegue acesso a equipamentos e serviços os quais não teriam acesso individualmente.

O **sistema de empréstimos progressivos** se torna eficiente a partir do momento em que limita o valor do recurso perdido pela falência de um projeto mal implementado. Os empréstimos são concedidos inicialmente num valor baixo e que somente são renovados com reajuste a maior se o beneficiário conseguiu obter renda em sua atividade e pagou em dia seu compromisso. A cada renovação do crédito concedido, o projeto está mais sólido e conseqüentemente tem maior chance de sucesso.

Segundo Toneto e Gremaud (2001), os empréstimos progressivos são muito eficazes na medida em que deixam o tomador na expectativa de ter mais crédito a

cada pagamento em dia. Isso naturalmente favorece o controle para o pagamento da dívida e ajuda a controlar o oportunismo, já que ao primeiro sinal de inadimplência, seu próximo crédito será suspenso.

Conforme Neri (2008) a probabilidade do cliente ultrapassar a linha de pobreza aumenta consideravelmente quanto maior seu tempo como participante do programa de microcrédito. O resultado do autor colabora com o sistema de empréstimos progressivos, já que outro benefício desse sistema é o incentivo ao beneficiário de se manter por mais tempo no processo, na expectativa de aumento progressivo do financiamento.

O **sistema de pagamentos regulares** é o instrumento que permite ao agente de crédito controlar de maneira mais eficiente os casos de inadimplência tanto por insucesso do projeto quanto por simples oportunismo. Os pagamentos em longos ciclos não só dificultam esse controle, como também facilitam a falta de controle de investimento x retorno do capital. Em seu projeto, Yunus recolhia os pagamentos de empréstimos semanalmente.

Os pagamentos regulares e em curtos períodos de tempo eliminam o tomador indisciplinado, dá sinais rápidos aos agentes de crédito e ao grupo sobre problemas emergentes. Para o crédito concedido às famílias, o pagamento antes do vencimento do fluxo força a destinação de recursos de outras rendas para pagamento do empréstimo. Como expõem os autores: “financia-se a família contra seu fluxo de renda”. Toneto e Gremaud (2001).

Para Schneider (2005, p.799) “o microcrédito é uma forma de acesso a recursos monetários, caracterizada tanto pelo seu pequeno volume de moeda quanto pelo seu processo desburocratizado”. A partir da percepção de que parte cada vez mais significativa da população não tinha condições de oferecer todas as garantias exigidas pelo sistema bancário tradicional, o microcrédito surge como uma possibilidade de acesso a recursos monetários.

Os beneficiários do microcrédito são justamente o público que necessita de um valor ínfimo de crédito para investimento, mas não têm condições de integrar a clientela bancária comercial.

Os programas de microcrédito devem ser avaliados sob duas medidas principais: alcance e sustentabilidade. Um programa eficiente deve estar acessível, ou seja, dever ter agências próximas aos clientes e ter capacidade de atendimento

de todo o seu público-alvo. Deve prover serviços financeiros à população que não tem acesso pela incapacidade do sistema bancário convencional de atendê-los.

A instituição financiadora é sustentável na medida em que têm capacidade de conceder empréstimos de recursos próprios. Manter saldo positivo entre créditos recebidos e concedidos. Para tanto, além do simples repasse a instituição deve captar recursos. A exigência de poupança e seguros, por exemplo, além de contribuir para a “saúde” financeira do tomador, também servem como outras formas de colateral.

Os objetivos dos programas de financiamento rural devem ser: ampliar o acesso dos tomadores, expandir a renda rural e reduzir a pobreza ao menor custo possível para a sociedade, destacam Toneto e Gremaud (2001).

Dentre os aspectos que podem ser favorecidos através da organização social para o acesso ao microcrédito, estão: a flexibilização para a aplicação dos recursos manejados pelas famílias segundo sua lógica de sobrevivência; a promoção de oportunidades de ocupação da mão de obra e de acesso à educação, inclusive em relação à qualificação profissional; a promoção e a exigência da participação do usuário do microcrédito, o que acaba por fortalecer a dinâmica do tecido social local; o auxílio na geração de autonomia e seletividade na contratação de serviços; a integração de serviços financeiros formais às atividades locais; etc. Deser (2001, p. 21-22 apud SCHNEIDER, 2005).

5.3 RISCO MORAL E SELEÇÃO ADVERSA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Segundo a teoria de assimetria de informação de Stiglitz e Weiss (1981), quando dois agentes envolvidos em uma transação econômica não possuem informações um sobre o outro no mesmo nível, há uma falha de mercado. Essa falta de racionalidade completa dos agentes do mercado de crédito forma naturalmente um racionamento de recursos. O problema decorre da diferença na quantidade e qualidade das informações existentes entre os dois agentes. Nesse caso, as informações são chamadas assimétricas, já que o tomador de recursos possui melhores condições de avaliar o risco do que o prestador. Para se proteger dessa falta de informações, as instituições financeiras elaboram diversos mecanismos na tentativa de reduzir o risco de inadimplência.

Frascaroli (2008) afirma que os problemas de risco moral e seleção adversa surgem pela incapacidade dos intermediários financeiros, seja operacional ou pelos custos elevados, de monitorarem as ações dos agentes antes e após o ofertarem o contrato de concessão de crédito

Toneto e Gremaud (2001), afirmam que os intermediários financeiros se apoiam em mecanismos de seleção e monitoramento como a elaboração de contratos complexos, exigência de garantias, produção interna de informações com seções de análise de crédito e monitoramento de ações, que excluem segmentos que não podem arcar com estes custos elevados e não possuem garantias suficientes para minimizá-lo. Para a população rural, estes problemas se agravam devido à menor renda, menor acessibilidade às informações, sazonalidade, entre outros.

A seleção adversa ocorre a partir do momento em que os bancos não conseguem distinguir os bons e os maus pagadores, ou seja, aqueles cujo risco é alto e a rentabilidade é baixa, então tendem a aumentar a taxa de juros para se proteger, já que as rentabilidades dos investimentos passam pela taxa de juros com que os investidores se defrontam e a priori, os investimentos rentáveis e de baixo risco se tornariam dispostos a aceitar essa taxa de juros. Porém isso pode excluir os bons pagadores do mercado de crédito, pois esses, se não puderem arcar com juros mais altos sairão do mercado. Há então uma seleção adversa em favor de maus pagadores que não são sensíveis à taxa de juros, pois já são naturalmente assim. Gomes e Lima (2008). O empréstimo de recursos financeiros para os tomadores que apresentam maior risco pode ocorrer neste caso, mesmo que inconscientemente, ocasionando a seleção de maus pagadores.

Já o risco moral ocorre após o empréstimo e decorre da possibilidade do tomador investir em atividades que vão contra os interesses do emprestador, diminuindo a probabilidade de pagamento da dívida. O problema do risco moral consiste no incentivo que a elevação das taxas de juros cria nos tomadores de crédito para que estes se arrisquem em projetos de risco elevado. Dadas as características dos contratos de empréstimos que prevêm obrigações fixas de pagamentos futuros, independentes do retorno do projeto e responsabilidade limitada em caso de falência, os devedores, sobretudo em situações de dificuldades financeiras, têm incentivos limitados para evitar riscos excessivos, pois, na hipótese de sucesso do projeto, recebem todo o lucro que exceda os juros devidos, enquanto

no caso de fracasso, suas obrigações são restringidas pelos recursos disponíveis. “Esse problema não ocorreria se os contratos fossem completos e o credor pudesse monitorar e controlar o projeto executado pelo devedor” (ALDRIGHI, 2004).

Para Gomes e Lima (2008) o risco moral inibe a oferta de crédito na medida em que a concessão de empréstimos a projetos duvidosos faz com que os bancos aumentem os juros a fim de obter maiores retornos, mas isso implica na seleção de investimentos de maior risco (seleção adversa), o que aumenta a inadimplência e tende a aumentar os juros ainda mais e assim por diante. Por isso os bancos preferem conceder empréstimos em menor magnitude, o que seria segundo Stiglitz (1981) um meio termo entre não fornecer crédito e correr o risco de aumentar muito a taxa de juros.

Mishkin (2000) aponta duas ferramentas usadas para ajudar a resolver os problemas de assimetria de informação nos mercados de crédito: as garantias e as cláusulas restritivas. No entanto, ressalta que em Países em desenvolvimento como o Brasil, é frequente a ocorrência de sistemas legais falhos que não garantam o uso eficaz desses instrumentos de controle.

Na tentativa de desenvolver contratos muito complexos, com muitas cláusulas restritivas que reduzam ao máximo as brechas para quebra do acordo, os custos de transação* do mercado de crédito se tornam cada vez mais altos, resultando em taxas de juros cada vez maiores para cobrir esse custo, o que acaba gerando efeitos negativos mencionados neste tópico. Do mesmo modo, a exigência de garantias maiores pode acabar retirando do mercado de crédito rural muitos tomadores menos capitalizados como os pequenos produtores e agricultores familiares

Para um programa de microcrédito voltado para esse público, o sistema de aval solidário funciona como uma espécie de controle das informações assimétricas e risco moral. A própria formação do grupo de aval facilita a geração de informações sobre a situação e intenções dos membros. A garantia para o empréstimo é o próprio aval dos tomadores.

*Williamson reintroduziu em 1985 o conceito de custos de transação, inicialmente concebido por Coase, 1937. Esse conceito foi muito importante no estudo das instituições, na medida em que, incertezas nas relações, geram custos de transação que são definidos pelo arranjo institucional.

5.4 TAXA DE JUROS

As taxas de juros cobradas possuem um grande impacto em programas de microcrédito, dependendo do valor fixado. Essas taxas têm que ser acessíveis ao público-alvo e ao mesmo tempo ter um valor razoável, que possa garantir um retorno compatível à sustentabilidade do programa.

No caso brasileiro, o PRONAF é um exemplo de programa a taxas de juros máximas fixadas e subsidiadas. O subsídio ao crédito no País é concedido via redução da taxa de juros final oferecida ao tomador. Para tanto, o Estado arca com a cobertura do *spread* bancário, promovendo a equalização das taxas de juros.

Gomes e Lima (2008), afirmam que qualquer política que subsidia crédito no Brasil terá um alto custo devido aos juros altos do próprio mercado. Esse custo é normal para os termos de um programa de microcrédito, pois este tem como finalidade justamente baratear o crédito em comparação ao mercado financeiro comum, mas manter uma política de microcrédito é algo custoso aos cofres públicos em termos financeiros, principalmente para o caso brasileiro (Tab. 4).

Tabela 4 - Taxas de juros no mundo

Posição	País	Taxa de juros (%)
1°	Brasil	13,75
2°	Índia	7,5
3°	China	5,58
4°	Austrália	4,25
5°	Zona do Euro	2,5
6°	Grã-Bretanha	2
7°	Suécia	2
8°	Canadá	1,5
9°	Japão	0,3
10°	EUA	0 a 0,25

Fonte: Bancos Centrais (2010).

Vários autores debatem sobre a sustentabilidade do mercado de microcrédito a partir da fixação das taxas de juros, além do gasto público com equalizações.

A crítica ao modelo de microcrédito adotado no País está na fixação da taxa de juros máxima mensal. Essa ação do governo pode desestimular os bancos de realizar operações de microcrédito pela insuficiência de retorno da receita para cobrir

os custos, além da falta de equilíbrio no mercado que favoreça a concorrência e inclusive a entrada de novos agentes financiadores. Ainda, os programas de microcrédito governamentais, tendem a apresentar dados de inadimplência maiores que os programas privados. Isso possivelmente se deve ao fato de que os tomadores vêem esses programas como essencialmente assistencialistas ou as taxas muito atrativas levam os tomadores a contratar uma quantia muito maior do que realmente necessitam (FALCUCCI, 2005).

O mercado de microcrédito rural brasileiro, essencialmente de natureza pública, acaba inviabilizando iniciativas de criação de linhas de crédito por outras instituições financeiras, já que não têm como operar com taxas de financiamento semelhantes às dos programas subsidiados. Por essa razão o público-alvo desse tipo de financiamento fica dependente dos programas estatais.

O microcrédito do Pronaf B, é todo arcado pelo Tesouro com equalização. Os bancos privados também poderiam operar e receber as equalizações, porém, essas operações não geram lucro atrativo a essas instituições, já que não trazem retorno compatível com os outros serviços realizados pela clientela regular.

Em seus estudos sobre a regulação bancária; Barth, Caprio e Levine (2001) chegaram à conclusão de que um setor bancário muito estatizado tende a ser anticompetitivo, fato que contribui para a redução da competição entre bancos como de intermediários não bancários. Os autores demonstram que uma grande participação estatal no setor bancário tende a estar associado com um elevado *spread* da taxa de juros, escassez de crédito privado e menos crédito disponível no setor não bancário, mesmo quando se leva em conta outros fatores que influenciam o desenvolvimento financeiro.

Programas com público-alvo específico, que utilizam taxas subsidiadas, geralmente apresentam alta inadimplência, dependência institucional e crescimento limitado (BRASIL-b, 2010). Para o autor, a redução forçada nas taxas de juros de microcrédito é prejudicial no sentido de que:

O estabelecimento de limites máximos (teto) para taxas de juros aplicadas ao microcrédito tem se demonstrado uma política ineficaz: ao invés de proteger o pequeno e o microempreendedor, essa medida, em geral, tem prejudicado a população de baixa renda, já que dificulta o surgimento de novas instituições operadoras e o

crescimento ou até a sobrevivência das existentes. O modelo de estabelecimento de teto para as taxas de juros demonstra uma absoluta falta de entendimento de como esses tetos reduzem o acesso do pobre ao crédito e perpetuam os níveis de pobreza existentes (MARULANDA; OTERO, 2005 apud BRASIL-b, 2010).

É importante questionar se, mesmo em programas governamentais de microcrédito rural, a ocorrência de taxas de juros em níveis normais do mercado seria, de fato, uma opção mais benéfica ao próprio agricultor familiar. Por um lado, a grande demanda por crédito mais barato, dificulta o acesso ao crédito subsidiado pelos produtores menos capitalizados, mesmo dentre os pequenos produtores. Diferentemente, é oportuno questionar se, num mercado de livre concorrência sem intervenção estatal, seriam os juros praticados num valor razoável aos produtores simplesmente pelas forças espontâneas de mercado.

5.5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Assistência Técnica e Extensão Rural são fundamentais em todo processo de financiamento de produção agrícola, além de ser de próprio interesse do agente financeiro que o projeto seja bem sucedido e que gere retorno ao tomador para pagamento das obrigações.

Para elaboração de projeto a ser financiado pelo Pronaf, não há a obrigatoriedade de assistência técnica durante a produção, apenas de projeto elaborado por técnico habilitado. A exigência fica a critério da instituição financeira.

Como importante instrumento para garantir maior possibilidade de sucesso do projeto, a maioria dos agentes financeiros requer a prestação de assistência técnica. No entanto, é frequente na literatura sobre o assunto, estudos de caso onde se percebe que a assistência é realizada de modo disforme, onde o serviço prestado aos produtores é realizado de uma forma operacionalizada, não analisando a especificidade de cada cultura e cada propriedade, contando com poucos profissionais para atender ao público.

Para Lima e Pinheiro (2010), o desmantelamento do sistema de ATER no Brasil se evidenciou com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) durante o Governo Collor, mas sua crise e a

possibilidade de sua extinção já vinham sendo anunciadas durante o Governo Sarney. Com o fim da EMBRATER, o governo deixou para os estados da Federação, que assim desejassem e tivessem condições, manter este tipo de apoio e serviço aos agricultores.

Mesmo nos estados onde se preservou uma estrutura mínima de funcionamento das empresas de assistência técnica e extensão rural, essas unidades restringem-se, quase que exclusivamente, a promover o desenvolvimento agrícola *stricto sensu*, dispondo de poucos profissionais capacitados a promover o desenvolvimento rural. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Em seus estudos, SOUSA (2009) observou que o público em geral percebeu a contribuição positiva do financiamento (Pronaf B) de suas atividades, apesar da quase totalidade não receber assistência técnica. Um programa que tivesse condições de fornecê-la, certamente incrementaria os resultados alcançados no município pesquisado.

Maciel e Khan (2009) analisaram o impacto de um programa de microcrédito no índice de qualidade de vida da população, encontrando resultados satisfatórios, alertando, porém, que “[...] percebeu-se a necessidade de um acompanhamento rigoroso da aplicação dos recursos concedidos e de uma orientação aos agricultores sobre a melhor forma de atuação junto ao mercado”.

O acompanhamento especializado desde o projeto da produção até a comercialização é fundamental num programa de microcrédito, onde o público-alvo é carente de conhecimento técnico e econômico-financeiro.

No modelo clássico de microcrédito de Yunus, o agente do Grameen atua não só como funcionário, mas como mediador de conflitos, orientador, educador e conselheiro. Ele vai até os clientes, e não os clientes à agência. Também deve ser íntimo da população local e estar inteirado das necessidades principais da população. Podemos observar que nesse caso os escritórios têm ação local, o que facilita essa interação agente-população.

6. EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

O Brasil já teve e continua tendo várias experiências de microcrédito. Muitos destes foram implementados pelo Estado, como o extinto Banco Popular do Brasil do Banco do Brasil e o Crediamigo (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste), além dos programas de microcrédito rural como o Pronaf e o Agroamigo (Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste). Além disso, vários programas de menores escalas e abrangência local têm sido implementados, gerando bons resultados.

6.1 CREDITRABALHO

Tavares (2010) observou que o programa Creditrabalho do DF vem obtendo êxito na medida em que cumpre a principal entre todas as funções de um programa de microcrédito, a de incrementar a renda do pequeno produtor. Segundo o autor, “pode-se concluir que o Creditrabalho esteve associado à ampliação da renda agrícola dos entrevistados, confirmando que a presença efetiva do programa foi importante na geração da renda dos agricultores entrevistados”. Os dados das entrevistas realizadas na pesquisa demonstram que os integrantes do Programa possuem uma renda maior, e declararam que ocorreu um aumento da sua renda após o ingresso no Creditrabalho. Constatou-se também que, aumentou a quantidade de bens agrícolas dos entrevistados após o ingresso no Programa e estes agricultores possuem uma maior quantidade de bens em relação aos não beneficiários. Ademais, houve melhoria em vários itens do processo produtivo como melhoria na produtividade, incremento no lucro, redução do tempo despendido na produção e maior investimento na propriedade. Apesar da avaliação positiva, o autor atestou a existência dos mesmos problemas enfrentados pelo público alvo do PRONAF, como, não acesso ao Programa por restrições cadastrais ou a dificuldade de acesso pela necessidade de aval da operação.

6.2 CREDIAMIGO

Analisando diversas bases de microdados, Neri (2008) destacou o papel do microcrédito na vida dos pequenos produtores urbanos do Nordeste brasileiro. O autor observou que houve um aumento substancial no lucro operacional dos clientes do Crediamigo entre dois períodos analisados (entrada no programa e dezembro de 2006). Houve uma variação positiva de 36,7%. Podemos observar ainda pela análise do autor, que houve um crescimento mais acentuado do crédito para pequenas unidades produtivas urbanas nordestinas, do que para outras cidades brasileiras. Em termos de redução da pobreza, 60,8% dos beneficiários abaixo da linha da pobreza conseguiram sair da condição de miserabilidade, enquanto apenas 1,5% dos não miseráveis foram rebaixados à linha da pobreza. Outros fatores como educação, moradia própria, formalidade do negócio, organização financeira e acesso a serviços bancários se mostraram diretamente relacionadas ao maior sucesso obtido com auxílio do crédito.

Alguns resultados da pesquisa merecem destaque, como que 95% dos empréstimos são solidários, com colateral social dos clientes; Apenas 0,04% das operações à época estavam atrasadas; O lucro operacional mediano correspondeu a um aumento de 47%, sendo que esse aumento foi relativamente maior para clientes com menor nível de lucro; O lucro dos clientes do Crediamigo foi 27% maior do que de outros nanoempresários similares das grandes metrópoles nordestinas. Mas, sem dúvida, o fato mais importante foi que mais da metade dos clientes do Crediamigo obtêm sucesso na saída de sua condição de pobreza.

Conclui o autor, que “de maneira geral, a pesquisa revelou a importância estratégica do Crediamigo, pela combinação dos quesitos tamanho, equidade, eficiência e sustentabilidade”. A comparação do programa ao *Grameen Bank* caracteriza-se não só por usar tecnologia similar de colateral social em áreas urbanas pobres, como também pelo foco e resultados obtidos entre os produtores de renda mais baixa, principalmente as mulheres.

6.3 AGROAMIGO

Já Maciel e Khan (2009) verificaram o impacto do Agroamigo, do BNB, originário do Programa Crediamigo, na melhoria das condições de vida dos

beneficiários. O estudo compreendeu o município de Quixadá/CE. Foi analisado o índice de qualidade de vida (IQV) através de indicadores como: condições de saúde, acesso à educação, aspectos habitacionais, condições sanitárias e de higiene, situação econômica e condições de lazer. Observou-se que a renda da maioria dos beneficiários vinha da agricultura e a dos não beneficiários, de pensões e aposentadorias, o que mostra que o programa contribuiu para a renda agrícola dos beneficiários. O trabalho permitiu concluir ainda que o Programa Agroamigo não contribuiu por si só para melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas, já que, em ambos os grupos, a qualidade de vida dos entrevistados foi a mesma. As maiores contribuições para o IQV vieram das políticas públicas em geral, voltadas para construções de habitação, saneamento, escolas, postos de saúde, entre outros. O ponto positivo foi que a pesquisa demonstrou que a concessão de empréstimos ocorreu de forma rápida e sem burocracia.

6.4 RS RURAL

A pesquisa de campo de Schneider et al. (2005) colheu dados dos agricultores familiares beneficiados no âmbito do Programa RS Rural, no RS, no ano de 2001. Entre os agricultores entrevistados, a receita agrícola líquida é, geralmente, bem superior ao valor a ser reembolsado anualmente por cada família ao Estado, o que comprova a capacidade de pagamento da dívida pelos tomadores. A renda agrícola da amostra é a principal fonte de renda para a maior parte dos estabelecimentos entrevistados e os autores chegaram à conclusão que a maior parte dos entrevistados possuem áreas agrícolas restritas e emprega mão-de-obra predominantemente familiar. Dentre os que não teriam condições de reembolso para pagamento, quase todos tinham acesso precário aos mercados, dispunham de equipamentos manuais ou de tração animal e benfeitorias classificadas como precária, onde a atividade agrícola só era possível graças às rendas não agrícolas recebidas, que complementavam o orçamento da família. Tal fato comprova que o crédito é fundamental para o agricultor investir na modernização da propriedade.

6.5 PRONAF GRUPO B

O objetivo do estudo de SOUSA (2009) foi avaliar os reflexos do Pronaf B em relação à produção, ocupação e renda dos agricultores familiares, com base na análise da atuação do programa no município de Irauçuba, no CE. A pesquisa permitiu elaborar um perfil socioeconômico dos agricultores familiares; Identificar no perfil socioeconômico as condições ou fatores que influenciaram a produção, o emprego/ocupação e a renda das famílias agricultoras; Conhecer a produção agrícola desenvolvida pelos agricultores e suas inter-relações com a terra, canais de comercialização, organização e renda; Especificar a renda constituída pelos agricultores e seu uso; Identificar as formas de ocupação/emprego entre as famílias agricultoras, e investigar a existência de ações complementares entre o Programa Fome Zero e o Pronaf B.

Os dados divulgados demonstram ainda que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é o maior operacionalizador do Pronaf Grupo B no Brasil, sendo responsável por cerca de 95% dos contratos e volumes financiados durante o período 2000/2007. A hipótese provável a esse respeito se deve ao fato de a região Nordeste concentrar grande parcela das pessoas inseridas abaixo da linha de pobreza, além do Pronaf ter sido direcionado, inicialmente, apenas para a área de atuação do BNB.

Analisando os dados do desempenho do Pronaf Grupo B por setor, vemos que a pecuária recebeu 81,5% dos recursos financiados, enquanto a agricultura participou com 9,9%, e os serviços com 7%. Observa-se, portanto, forte concentração no setor pecuário, por ser também maioria das atividades dos agricultores da região.

No entanto, a pesquisa de campo demonstrou que em vários casos foi possível a adoção de novas tarefas rentáveis, como o artesanato, em complementação à atividade agrícola já praticada. Houve também um incremento de 43,7% na renda média mensal líquida das famílias agricultoras usuárias do Pronaf Grupo B, mas é importante frisar que ainda é 34,9% menor que a renda de programas sociais.

Em relação à Linha de Base do estudo, as questões de impacto de vida abordadas tiveram melhorias, embora algumas ainda discretas, como a alimentação. Não se pôde afirmar, no entanto, que tais melhorias estão relacionadas exclusivamente com o Pronaf B. As associações comunitárias e Sindicato dos

Trabalhadores Rurais tiveram importante papel como facilitador de acesso ao crédito.

A autora finalmente propõe que os programas Bolsa-família e o Pronaf sejam integrados, com adoção de assistência técnica e capacitação, para que possam efetivamente reduzir o número de famílias de agricultores abaixo da linha da pobreza.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA

A coleta dos dados foi realizada em duas regiões administrativas do Distrito Federal: Brazlândia e Planaltina (Fig. 3).



Figura 3 - Mapa das regiões administrativas do Distrito Federal. Fonte: GDF.

O Distrito Federal* se destaca pela renda elevada de seus habitantes, ocasionado pelo grande número de servidores públicos trabalhando na capital. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,844, o maior dentre os estados brasileiros, número comparado ao de Países desenvolvidos**.

A pesquisa de campo foi realizada nas áreas de Brazlândia/DF (regiões rurais de Brazlândia em si e no Núcleo Rural Alexandre Gusmão), e também foram entrevistados agricultores familiares na Região de Planaltina/DF, abrangendo as regiões rurais de Pípiripau, Taquara e Rio Preto (Fig. 4).

*O Distrito Federal está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, a uma altitude de 1.172 m. Possui população de 2.455.903 habitantes, com densidade demográfica de 354,3 hab/km².

**Possui ainda o maior PIB per capita, a taxa de alfabetização mais elevada e a maior expectativa de vida do Brasil*.



Figura 4 - Mapa das regiões rurais do Distrito Federal. Fonte: Emater - DF (adaptado)

A escolha da pesquisa nestas regiões se deve ao fato da maior concentração de agricultores familiares e com histórico tradicional de produção agropecuária familiar. Dados do Banco do Brasil confirmam o potencial agropecuário dessas regiões, já que são as regiões com maiores quantidades de contratos do Pronaf, somando 79,58 % do número de contratos realizados (Tab. 5).

Tabela 5 - contratos Pronaf realizados pelo Banco do Brasil, no Distrito Federal, de Julho de 2010 a Junho de 2011, por agência financiadora

Ordem	Agência	Número de contratos	Valor contratado (R\$)	Percentual sobre o valor
1	Brazlândia	182	1.631.916	39,05%
2	Planaltina	48	1.242.563	29,73%
3	Paranoá	36	806.150	19,29%
4	Taguatinga Sul (Brasília)	2	145.961	3,49%
5	Asa Norte 510 (Brasília)	2	82.995	1,99%
6	São Sebastião	8	77.800	1,86%
7	Asa Sul 516 (Brasília)	1	55.000	1,32%
8	SRTV Sul (Brasília)	3	49.269	1,18%
9	Univ. de Brasília (Brasília)	1	36.000	0,86%
10	Cruzeiro (Brasília)	1	19.683	0,47%
11	Sobradinho	3	16.742	0,40%
12	Ceasa (Brasília)	2	15.505	0,37%
TOTAL		289	4.179.585	100,00%

Fonte: Banco do Brasil (adaptado).

A olericultura é a principal atividade agrícola da região (Tabela 5). Segundo a Emater – DF, somente neste ano foram produzidos mais de 203 mil toneladas de hortaliças com faturamento superior a R\$ 387 milhões. Trata-se da atividade agrícola que mais emprega na região, gerando 30 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. São sete mil hectares, com 4,5 mil produtores, sendo 80% deles agricultores familiares que cultivam mais de 70 espécies de hortaliças, dentre as quais se destacam as produções de pimentão e morango.

A região de Brazlândia representa 8,32% da área em relação ao Distrito Federal e possui atualmente 53 mil habitantes, numa área total de 474,83 km². Nesta região está localizada a barragem do Rio Descoberto, que fornece mais de 60% da água que é consumida pelas cidades satélites.

É uma importante região produtora de morango, hortaliças e leite, principalmente. A agricultura constitui-se de 2.638 hectares de produção de hortaliças, 417 hectares de produção de frutas e 14 hectares de produção de grãos.

É a região com maior número de contratos e valor total contratado do Pronaf (Tabela 5).

O morango é o carro-chefe da produção agrícola de Brazlândia. Esta região detém a maior produção do fruto do Centro-oeste. Observe na Tabela 6 que o morango é o produto agrícola que possui o maior número de contratos financiados no DF, além de ser o terceiro maior em volume financeiro. Com apenas 3,68% de toda a área cultivada no Distrito Federal, Brazlândia é responsável por mais de 13% da produção total.

Já a região de Planaltina tem uma área de 1.534,69 Km² e 147.114 habitantes (2011). Sua produção agrícola é focada nas culturas de feijão, milho, trigo, café, hortaliças e frutíferas, com destaque para a laranja. Também representam boa parte da produção os rebanhos bovino, suíno, e de aves.

Diferente de Brazlândia, a região de Planaltina é mais extensa e apresenta maior diversidade de fito fisionomia*, mesclando grandes chapadões, formados com lavouras de grãos e poucas áreas com maior declividade e ocorrência hídrica.

Pretendeu-se nesta pesquisa, entrevistar o maior número possível de agricultores familiares beneficiários do PRONAF nas regiões escolhidas. Como não foi possível a obtenção de dados dos agricultores pelos órgãos os quais detém essas informações, o acesso aos mesmos foi realizado de forma livre e espontânea, sem nenhum contato prévio, percorrendo as áreas intensivamente. Não foi realizada nenhuma forma de sorteio ou lista prévia, sendo que as entrevistas foram realizadas pela disponibilidade dos produtores, durante o período das entrevistas de campo.

Na região de Planaltina, mais especificamente em Taquara e Rio Preto, os agricultores familiares se localizam em áreas marginais, normalmente em propriedades arrendadas dentro de áreas maiores, próximas à rodovia.

*Aspecto da vegetação de um lugar

Tabela 6 - Contratos Pronaf realizados pelo Banco do Brasil, no Distrito Federal, de Julho de 2010 a Junho de 2011, por item financiado

Item Financiado	Número de contratos	Valor	Percentual sobre o valor
Tratores	16	905.443	21,66%
Caminhões	6	504.776	12,08%
Morango	47	444.086	10,63%
Tomate	38	378.987	9,07%
Bovinos – leite	14	293.652	7,03%
Beterraba	31	245.488	5,87%
Pimentão	22	171.696	4,11%
Cenoura	24	170.993	4,09%
Bovinos – misto	14	139.120	3,33%
Maquinas e implementos	2	130.515	3,12%
Outros produtos	6	128.167	3,07%
Goiaba	12	115.035	2,75%
Alface	10	98.622	2,36%
Feijão	4	84.150	2,01%
Veículos utilitários	2	68.585	1,64%
Milho	4	65.687	1,57%
Irrigação	3	34.958	0,84%
Couve	7	31.489	0,75%
Abobora	2	25.478	0,61%
Mandioca	4	24.436	0,58%
Chuchu	2	22.997	0,55%
Repolho	3	17.228	0,41%
Quiabo	4	16.546	0,40%
Vagem	4	14.643	0,35%
Abobrinha	3	11.280	0,27%
Banana	1	9.919	0,24%
Palmeira/pupunha	1	10.033	0,24%
Jiló	1	2.757	0,07%
Pepino	1	2.702	0,06%
Total	289	4.179.585	100%

Fonte: Banco do Brasil (adaptado).

O maior número de agricultores familiares e beneficiários do Pronaf se encontra no assentamento Fazenda Larga (Quadro1) no Núcleo Rural do Pípiripau, onde foi entrevistada a grande maioria dos beneficiários de Planaltina. Outra grande parte deles também está localizada em estabelecimentos contíguos uns aos outros, no Núcleo Rural Taquara.

Quadro 1- Histórico do Assentamento Fazenda Larga

As famílias ocupantes do assentamento Fazenda Larga são oriundas da região da cidade satélite de Planaltina-DF, as quais ocupavam uma área marginal com pequenos cultivos e criações de animais de tração. Com a criação do Parque Sucupira essas famílias foram removidas para uma área da Fazenda Larga, com área 225 ha, reintegrada pela Secretaria de Agricultura. A área era utilizada para permanência de animais apreendidos pelo Departamento de Defesa Agropecuária. Foram estabelecidas inicialmente 63 parcelas, que ocuparam 115 ha, ficando o restante da área como área de reserva legal.

A criação do Assentamento ocorreu em meados de 2003, onde pouco tempo depois foi criada a Associação dos Produtores da Fazenda Larga – APROFAL e realizado o cadastramento pelo INCRA reconhecendo o Assentamento. Anos mais tarde os produtores foram contemplados com financiamento para construção de estufas, com recursos do Programa Creditralho, da Secretaria de Trabalho do DF; Recursos do PRONAF, para fruticultura, avicultura, apicultura e horticultura e comercialização com programas de governo, como o Programa de aquisição de alimentos (PAA).

Atualmente existem no assentamento 83 lotes com 103 estufas para produção de hortaliças com destaque para o plantio de pimentão em estufa, produção de frutas em pequena escala, como maracujá, banana e limão, produção de peixes em reservatórios revestidos utilizados para armazenamento de água para irrigação, além de pequenas criações de aves e suínos.

Fonte: EMATER/DF

A região de Brazlândia abriga uma grande quantidade de descendentes e imigrantes japoneses que ajudaram a consolidar sucesso da produção olerícola. Sua composição étnica, porém, é bem diversificada, com agricultores descendentes do próprio DF e de várias regiões brasileiras. Os agricultores de Brazlândia parecem ser um pouco mais capitalizados e tecnificados. No entanto, semelhante à região de Planaltina, o maior número de agricultores beneficiários são assentados, mais especificamente do Assentamento Betinho, composto por 240 lotes que ocupam 330 hectares.

7.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTORES ENTREVISTADOS

As questões dirigidas aos produtores rurais visaram fornecer dados para uma compreensão da percepção dos mesmos sobre o impacto do crédito rural na produção agrícola e em sua vida em geral. Os mesmos foram consultados a respeito dos seus dados pessoais, do estabelecimento rural, da produção, da renda e sua percepção sobre o crédito rural e assistência técnica rural. Tanto beneficiários como não beneficiários do Pronaf, responderam a perguntas idênticas para aqueles quesitos que eram comuns a ambos, quanto a questões específicas para cada grupo, mas acerca de um mesmo assunto (no Anexo é apresentado o questionário utilizado).

Existe uma grande variedade quanto à origem geográfica dos produtores entrevistados, mas observou-se que o grupo dos não beneficiários é composto em sua maioria por imigrantes nordestinos, apresentando quase o dobro da frequência em relação aos beneficiários (diferença significativa com 80% de confiança). Apesar dessa diferença de distribuição dos nordestinos, no geral, não há diferença estatística entre a distribuição dos outros estados de origem (Tab. 7). O baixo percentual de agricultores nativos do Distrito Federal pode ser explicado pela idade de povoação relativamente recente da capital federal, que há pouco mais de 50 anos não existia e somente a partir daí atraiu imigrantes para suas cidades-satélites e zonas rurais.

Tabela 7 - Origem geográfica dos agricultores familiares

Estado de origem	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Centro-oeste	17	38	5	23
Norte	1	2	0	0
Nordeste	11	24	10	45
Sudeste	10	22	4	18
Sul	3	7	1	5
Nascido no DF	3	7	2	9
TOTAL	45	100	22	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Os produtores foram também arguidos sobre o seu grau de escolaridade, que indicou uma diferença significativa já que os beneficiários possuem grau de escolaridade ligeiramente maior que os não beneficiários (Tab. 8).

Como em geral, a escolaridade está diretamente relacionada com maior renda, estes agricultores provavelmente já têm alguma inclusão bancária e são mais visados como público-alvo das operações pelas instituições financeiras. Neri (2008), afirma que “tanto renda como escolaridade, mesmo quando controladas por inúmeras outras variáveis, se mostram positivamente correlacionadas com o acesso a crédito pessoal”. Resultado semelhante foi descrito por Kageyama (2003) em estudo comparativo entre beneficiários e não beneficiários do Pronaf, no qual a autora constatou que o grupo de beneficiários do Pronaf pesquisados, estava em melhor “situação quanto à escolaridade” que o grupo de não beneficiários.

Conforme observações durante a pesquisa de campo, os agricultores com maior grau de escolaridade pareceram ter mais confiança no processo de financiamento agrícola, porém, não houve uma análise detalhada para afirmar que tal observação é significativa.

Tabela 8 - Estabelecimentos segundo o grau de escolaridade¹ dos agricultores familiares

Grau de escolaridade	Beneficiários**	(%)	Não beneficiários**	(%)
Analfabeto	1	2	0	0
Alfabetização	3	7	6	30
Fundamental	29	69	11	55
Médio	8	19	1	5
Superior	1	2	2	10
TOTAL	42	100	20	100

**indica diferença significativa com 90% de confiança (Teste Qui-quadrado = 5,8).

¹considerado grau de escolaridade ainda que incompleto

Quanto ao tempo de residência no DF, beneficiários possuem praticamente mesmo tempo de residência no DF que os não beneficiários (Tab. 9).

Tabela 9 - Tempo de residência dos agricultores familiares no DF

Tempo	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Menos de 5 anos	0	0	1	5
5 a 9 anos	4	10	3	15
10 a 19 anos	8	19	6	30
20 a 29 anos	15	36	3	15
Mais de 30 anos	15	36	7	35
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Apesar do equilíbrio entre os grupos no tempo de residência na região, o tempo de experiência como agricultor familiar e tempo de trabalho no meio rural parece pesar a favor dos agricultores aspirantes ao crédito rural. Os beneficiários possuem maior tempo de trabalho como agricultor familiar e tempo como trabalhador do meio rural que os não beneficiários (Tabs. 10 e 11). A experiência na atividade agrícola pode estar relacionada com maior estabilidade produtiva e financeira do produtor, favorecendo assim o oferecimento de crédito pelos agentes financeiros.

Tabela 10 - Estabelecimentos segundo o tempo de experiência do produtor como agricultor familiar

Tempo	Beneficiários*	(%)	Não beneficiários*	(%)
Menos de 5 anos	2	5	4	20
5 a 9 anos	8	19	3	15
10 a 19 anos	8	19	4	20
20 a 29 anos	11	26	1	5
Mais de 30 anos	13	31	8	40
TOTAL	42	100	20	100

*indica diferença significativa com 80% de confiança (Teste Qui-quadrado = 3,9).

Tabela 11 - Estabelecimentos segundo tempo do produtor como trabalhador no meio rural

Tempo	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Menos de 5 anos	0	0	1	5
5 a 9 anos	5	16	0	0
10 a 19 anos	5	16	7	35
20 a 29 anos	14	44	3	15
Mais de 30 anos	8	25	9	45
TOTAL	42	100	20	100

*** indica diferença significativa com 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 7,6).

No que diz respeito ao gênero dos produtores entrevistados, não houve diferença entre os dois grupos, o que se percebe é que a grande maioria dos estabelecimentos rurais entrevistados é “chefiado” por homens. A mulher exerce importante papel no auxílio das atividades produtivas, mas ainda como figurante no controle da produção. Do total de entrevistados, 2% dos beneficiários e 10% dos não beneficiários foram mulheres, porém, mesmo essa baixa frequência do sexo feminino não corresponde a chefes de família, pois todas têm companheiro que trabalha no comando da produção.

Os programas de microcrédito têm muito foco nas mulheres, alguns inclusive, trabalham preferencialmente com esse público tendo em vista o incentivo à diversificação da fonte de renda familiar. O Crediamigo do BNB, assim como a maior parte dos programas de microcrédito, tem como clientes predominantemente as mulheres, representando estas 62% de sua clientela, contra 38% de homens (Neri, 2008). O Pronaf, também oferece linha específica denominada Pronaf Mulher, porém, não foram identificadas beneficiárias dessa linha em nesta pesquisa.

7.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL E DA PRODUÇÃO

Ambos os grupos possuem áreas relativamente iguais e destinam a mesma parcela da propriedade para a produção agrícola (Tabs. 12 e 13). Kageyama (2003), em estudo semelhante, também não encontrou diferença entre beneficiários e não beneficiários em relação à área explorada do estabelecimento, na região amostrada.

Os dados de área média do estabelecimento e da área média utilizada para produção sugerem que os beneficiários utilizam a propriedade mais intensivamente, já que estes apresentaram menor área de estabelecimento, entretanto, maior área de produção agrícola. No entanto, não se pode afirmar com confiança estatística significativa que essa situação é uma constante.

Tabela 12 - Área do estabelecimento agrícola

Área	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Menor que 2 ha	7	17	5	25
2 4 ha	13	31	3	15
4 10 ha	14	33	7	35
10 ha ou mais	8	19	5	25
TOTAL	42	100	20	100
Área média dos estabelecimentos	6,28 ha		6,9 ha	

Obs: não há diferença estatística significativa.

Tabela 13 - Área do estabelecimento utilizada para a produção

Área	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Menor que 2 ha	7	17	7	35
2 4 ha	13	31	5	25
4 10 ha	16	38	4	20
10 ha ou mais	6	14	4	20
TOTAL	42	100	20	100
Área média de produção	5,9 ha		5,5 ha	

Obs: não há diferença estatística significativa.

Quanto à titularidade da propriedade dos agricultores, beneficiários e não beneficiários apresentam a mesma proporção de posse das terras (Tab.14). As terras rurais públicas do DF foram originadas de antigas fazendas de grandes extensões. O processo de parcelamento orientado para impedir a venda das terras, e a ocupação desordenada dessas áreas ao longo dos anos, ocasionou o atual problema da falta de titularidade de grande parte das terras rurais do território. A

maioria dos produtores possui apenas o contrato de concessão de direito real de uso, que vale por 30 anos.

Tabela 14 - Estabelecimentos segundo a titularidade da terra

Titularidade	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Proprietário	12	29	6	30
Não proprietário	30	71	14	70
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

A pesquisa captou uma quantidade maior de beneficiários do Pronaf, assentados de programas de reforma agrária (diferença significativa com 95% de confiança). Eles representam 45% do número total de beneficiários entrevistados, localizados em maior concentração na região de Planaltina, além de apresentarem boa representatividade também em Brazlândia (Tab. 15).

Entre os agricultores familiares, os assentados normalmente são mais organizados socialmente. Pela proximidade física dos lotes de assentamento, histórico de organização pela luta da terra e o intenso trabalho de acompanhamento e assistência técnica por parte do Estado, possivelmente esses agricultores estão tendo o acesso ao Pronaf mais facilitado. Como se trata de uma população muito carente em informação, a assistência faz muita diferença. Como será apresentado mais adiante, 35% dos não beneficiários sequer sabem da existência do Pronaf.

Tabela 15 - Condição de exploração dos estabelecimentos dos não proprietários

Condição de exploração	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Arrendatário	10	24	6	25
Meeiro	0	0	3	20
Parceiro	0	0	1	5
Título de uso (assentado)	19	45	2	10
Ocupante	1	2	2	10
TOTAL	30	71	14	70

*** indica diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 11).

Beneficiários possuem grau de participação em cooperativa ligeiramente maior que os não beneficiários, porém não significativo (Tab. 16). No que diz respeito

à participação em associações agrícolas, essa diferença é significativa, para a qual os beneficiários possuem grau muito maior de associação que os não beneficiários (Tab. 17).

Resultado semelhante foi descrito por Neri (2008) em seu estudo, no qual verificou que a ligação a entidades de classe está diretamente relacionada à obtenção de crédito, pois “verificou-se que a vantagem aumenta em 44% para quem está associado a algum sindicato, associação ou cooperativa em relação aos que não possuem ligação com esses elementos do capital social”.

Tabela 16 - Estabelecimentos segundo participação em cooperativas agrícolas

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Cooperado	13	31	3	15
Não cooperado	29	69	17	85
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Tabela 17 - Estabelecimentos segundo participação em associações de agricultores

Resposta	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Associado	26	62	5	25
Não associado	16	38	15	75
TOTAL	42	100	20	100

*** indica diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 6).

Ambos os grupos possuem grau de integração com agroindústrias muito baixo, visto que a ocorrência desse tipo de empresa no DF é pequena (Tab. 18). A maioria comercializa sua produção diretamente no mercado, em feiras locais e principalmente no CEASA Brasília (Centrais de Abastecimento do Distrito Federal).

Um problema muito comum relatado por alguns agricultores principalmente para aqueles que não são cooperados, é a falta de meios para transportar a produção até os centros consumidores, obrigando-os a comercializar com atravessadores que compram diretamente na propriedade do produtor, porém, pagando preços 30 a 50% mais baixos.

Tabela 18 - Estabelecimentos segundo a integração com agroindústrias

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Integrado	1	2	2	10
Não integrado	41	98	18	90
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Beneficiários possuem aparentemente, mesmas condições de moradia que os não beneficiários (Tab. 19) e de boas condições. Esse tipo de avaliação, no entanto, pode ter um viés, já que boa parte dos produtores são arrendatários e meeiros, que além de produzir na terra de terceiros moram em residência pertencente também ao proprietário da terra.

Tabela 19 - Estabelecimentos segundo tipo de moradia dos agricultores familiares

Tipo de moradia	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Alvenaria	32	76	18	90
Acabada	0	0	0	0
Semi-acabada	6	14	2	10
Em construção	1	3	0	0
Madeira	3	7	0	0
Taipa	0	0	0	0
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Quanto ao tipo de produção agrícola, a Tabela 20 abaixo apresenta a parcela de produtores praticantes de cada atividade agrícola.

Tabela 20 - Estabelecimentos segundo tipo de atividade produtiva¹

Atividade praticante	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
AGRÍCOLTORES		100		100
Olericultura	40	95	18	90
Fruticultura	3	7	4	20
Graníferas	2	5	1	5
PECUARISTAS		14		25
Bov. Corte	0	0	1	5
Bov. Leite	2	5	3	15
Avicultura	3	7	1	5
Suinocultura	5	12	1	5
Caprinocultura	0	0	0	0

¹A questão admitiu resposta múltipla.

A produção agrícola familiar no DF é pouco diversificada. Todos os entrevistados, beneficiários e não beneficiários praticam a agricultura, especialmente a olericultura, que é utilizada por mais de 90% dos agricultores, figurando como a principal atividade agrícola da amostra. Apenas uma pequena parcela são pecuaristas.

Os produtores foram questionados ainda, sobre a quantidade de bens que possuíam, dentre uma lista de bens de uso residencial e agrícola constantes no questionário tais como geladeira, televisão, trator, implementos agrícolas, etc. (Anexo). O resultado demonstrou que não houve diferença significativa entre a quantidade de bens que possuem os beneficiários e não beneficiários:

Tabela 21 - Estabelecimentos segundo a quantidade de bens na propriedade

Quantidade	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
5 - 9 bens	22	53	14	70
10 - 14 bens	14	33	5	25
15 - 19 bens	6	14	1	5
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Os beneficiários foram questionados ainda sobre a quantidade de bens adquiridos após a entrada no Pronaf e responderam que, dentre os bens que

possuíam, uma média de 2,86 bens foram adquiridos após esse evento (Tab. 22). Ainda que incipiente, esse dado demonstra um incremento na renda e qualidade de vida do produtor advindos do Programa. Outros estudos como em KAGEYAMA (2003), é relatado a grande contribuição do Pronaf na tecnificação do produtor. Segundo a autora, “todos os itens tecnológicos básicos da “agricultura moderna” mostram associações positivas e significativas com a presença de crédito do Pronaf”.

Tabela 22 - Estabelecimentos beneficiários segundo a quantidade de bens na propriedade adquiridos após o Pronaf

Quantidade	Beneficiários	(%)
Nenhum bem	13	31
1 bem	9	21
2 bens	8	19
3 ou mais bens	12	29
TOTAL	42	100

7.4 UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Para levantamento do grau de utilização da mão de obra e sua natureza, além da quantidade de filhos, o número total dos membros familiares e quantidade de empregados que trabalham na produção rural foram apurados. A diferença maior de concentração de mão-de-obra entre beneficiários e não beneficiários está na quantidade de empregados:

Tabela 23 - Estabelecimentos segundo número de empregados permanentes e temporários, exceto familiares

Número	Beneficiários			
	Permanentes*	(%)	Temporários	(%)
Nenhum empregado	29	69	15	36
1 empregado	1	2	8	19
2 empregados	5	12	12	28
3 empregados ou mais	7	17	7	17
TOTAL	42	100	42	100

Número	Não beneficiários			
	Permanentes*	(%)	Temporários	(%)
Nenhum empregado	17	85	8	40
1 empregado	2	10	3	15
2 empregados	1	5	8	40
3 empregados ou mais	0	0	1	5
TOTAL	20	100	20	100

* indica diferença significativa ao nível de 80% de confiança (Teste Qui-quadrado = 4,5).

Os estabelecimentos beneficiários de crédito possuem presença significativamente maior de empregados permanentes, mostrando uma maior capacidade produtiva destes estabelecimentos. Já para os empregados temporários não há diferença estatística entre os dois grupos. No entanto, o que se destaca é que a maioria dos produtores não possui nenhum empregado e contratam mais empregados temporários do que permanentes, apenas nos períodos de safra.

A quantidade de filhos que participam na produção agrícola também é um importante indicador da real característica familiar da produção agrícola. Ambos os grupos apresentaram distribuição relativa semelhante quanto ao número de filhos e quantidade destes que trabalham nas atividades produtivas (Tab. 24 e 25). Enquanto os beneficiários apresentaram média de 0,74 filho que auxilia na atividade produtiva por produtor, os não beneficiários apresentaram 0,6 filho/produtor.

Tabela 24 - Estabelecimentos segundo a quantidade de filhos

Número de filhos	Beneficiários		Não beneficiários	
	Qtde. de filhos	(%)	Qtde. de filhos	(%)
Nenhum filho	6	14	2	10
1 filho	5	12	2	10
2 filhos	12	29	4	20
3 filhos	8	19	5	25
4 filhos	5	12	2	10
5 filhos ou mais	6	14	5	25
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Tabela 25 - Estabelecimentos segundo a quantidade de filhos que trabalham na atividade produtiva

Número de filhos	Beneficiários		Não beneficiários	
	Qtde. de filhos	(%)	Qtde. de filhos	(%)
Nenhum filho	17	41	13	65
1 filho	14	33	4	20
2 filhos	9	21	2	10
3 filhos	2	5	0	0
4 filhos	0	0	1	5
5 filhos ou mais	0	0	0	0
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Os produtores foram indagados também sobre o número total de membros da família que trabalham na produção rural. Para esse questionamento, foram considerados como familiares não só os filhos e companheira(o) mas também os parentes de menor grau. Os testes indicaram que não houve diferença entre os dois grupos quanto a essa distribuição.

7.5 CARACTERIZAÇÃO DA RENDA

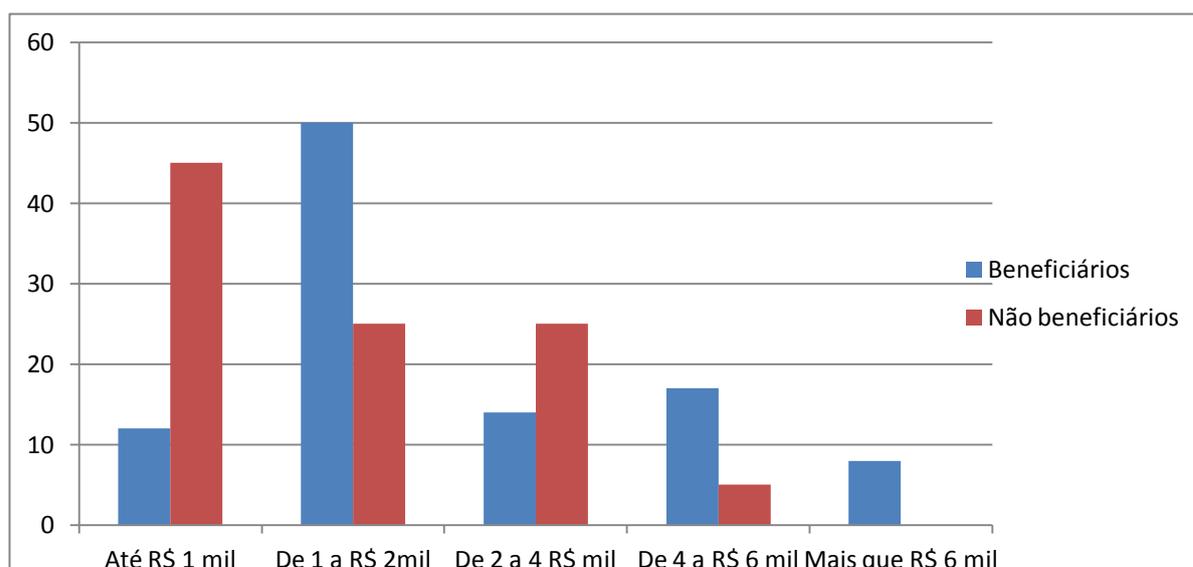
Uma das informações mais importantes a ser analisada nesta dissertação é a renda agrícola dos entrevistados, pois trata-se de um sinal claro do resultado do crédito na vida dessas pessoas. Pela análise estatística pode-se afirmar com 95% de confiança que existe diferença entre as rendas médias, ou seja, que a renda dos beneficiários é maior que a dos não beneficiários:

Tabela 26 - Renda média mensal da produção agrícola dos estabelecimentos

Renda	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Até R\$ 1 mil	5	12	9	45
De 1 a R\$ 2 mil	21	50	5	25
De 2 a R\$ 4 mil	6	14	5	25
De 4 a R\$ 6 mil	7	17	1	5
Mais que R\$ 6 mil	3	8	0	0
TOTAL	42	100	20	100
Renda média total	R\$ 2.667,00		R\$ 1.690,00	

*** indica diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 8,4).

Gráfico 4 - Renda média mensal da produção agrícola dos estabelecimentos



Observe acima que a renda média total dos beneficiários é aproximadamente 58% maior que a dos não beneficiários. Tavares (2010), também observou diferença significativa na renda* dos pronafianos em relação aos não beneficiários de crédito, em algumas regiões rurais do DF. No estudo em questão, o autor comparou os dados de renda média mensal total, encontrando os valores de renda dos beneficiários aproximadamente 57% maior, muito semelhante ao resultado aqui demonstrado.

Quando comparamos aos dados das áreas dos estabelecimentos e de produção, o valor consideravelmente maior de renda dos beneficiários parece insinuar que estes utilizem a propriedade mais intensivamente, já que ambos utilizam a mesma área para produção (Tab. 13), mas sua renda agrícola é maior. Esses dados podem indicar que beneficiários alcançam maiores níveis de produtividade, estejam cultivando produtos com maior valor agregado e possuam melhor tecnologia de produção.

Esse resultado pode demonstrar ainda que o primeiro grupo esteja obtendo maior sucesso na produção e comercialização agrícola. Restaria uma análise específica para identificar se essa renda é maior porque esses agricultores estão mais capitalizados em função do financiamento, ou se o Programa está atendendo justamente os produtores em melhores condições financeiras. Para tanto seria necessário um estudo com análise histórica das rendas antes e depois da participação no Pronaf.

Em trabalho semelhante, com análise associativa entre crédito e fatores produtivos, Kageyama (2003) constatou que os beneficiários do Pronaf alcançam maiores níveis de produtividade, por outro lado, não encontrou associação positiva entre o crédito e renda.

Diferentemente, em nossa amostra pesquisada, 83 % dos Beneficiários afirmaram que houve aumento da renda agrícola após o ingresso no Programa:

Tabela 27 - Estabelecimentos que declaram aumento de renda após a participação no Pronaf

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	35	83
Não	7	17
TOTAL	42	100

A renda total familiar agrícola é composta não só da renda agrícola, mas também de outras fontes as quais, inclusive, podem ser empregadas na atividade produtiva. A Tabela 28 apresenta a composição média das rendas totais dos dois grupos. A composição das rendas são similares entre beneficiários e não beneficiários e ambos possuem maior parcela de renda agrícola na renda total familiar.

Tabela 28 - Estabelecimentos segundo composição média da renda familiar

Tipos de renda	Beneficiários (%)***	Não beneficiários (%)***
Aposentadoria	6	13
Benefícios	4	4
Renda da produção agrícola	84	79
Trabalho fora da propriedade	6	4
TOTAL	100	100

***diferença significativa ao nível de 95% de confiança.

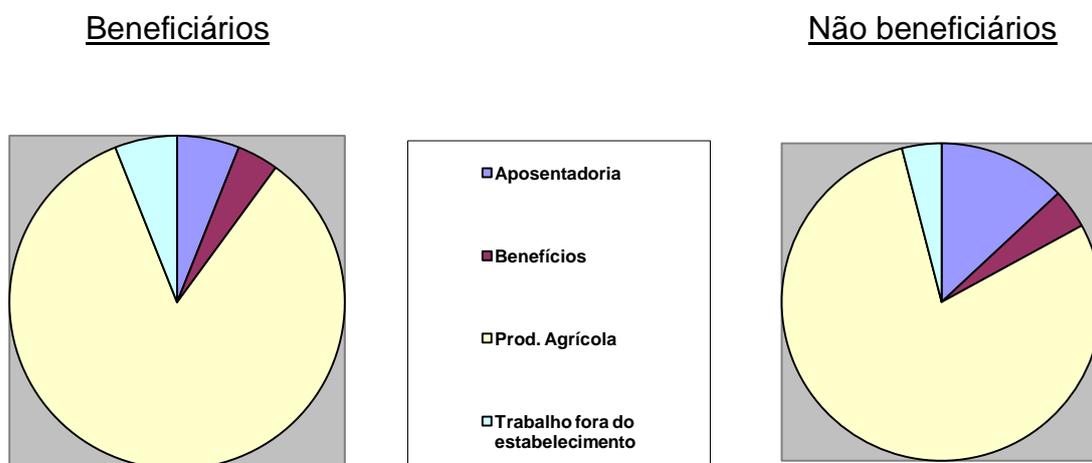


Figura 5 - Estabelecimentos segundo composição média da renda familiar. Fonte: dados da pesquisa.

A maior diferença observada foi que os não beneficiários possuem maior participação de rendas de aposentadoria, o dobro da frequência dos beneficiários. Maciel e Khan (2009) ao verificarem o impacto do Agroamigo em Quixadá/CE, constataram que a maior parte da renda dos não beneficiários desse Programa vinha de aposentadorias e pensões, diferentemente dos beneficiários que possuíam maior parte da renda originária da agricultura. Os autores atribuíram esse resultado como contribuição positiva do Programa no aumento da renda agrícola.

Apesar de não ser o foco do questionamento e não termos elementos para essa suposição, percebeu-se pelo contato direto nas entrevistas, situações em que podemos sugerir duas hipóteses; A maior representatividade dos aposentados entre os não beneficiários pode significar que essa renda provavelmente está sendo aplicada na produção rural em lugar do financiamento agrícola e/ou os produtores mais idosos, que conseqüentemente recebem aposentadoria, têm uma posição mais reticente quanto ao crédito bancário.

Um dos maiores benefícios do microcrédito para Schneider (2005) é a integração de serviços financeiros formais às atividades locais. Muitos produtores têm o primeiro contato com o mundo financeiro a partir do processo de financiamento rural e a partir daí acessam outros serviços financeiros pessoais muito importantes. Portanto, a inclusão dos produtores nas instituições financeiras e a diferença no acesso aos serviços entre beneficiários e não beneficiários fez-se importante ser analisada:

Tabela 29 - Estabelecimentos segundo o acesso aos serviços bancários¹

Serviços bancários	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Conta corrente pessoa física	31	74	10	50
Conta corrente pessoa jurídica	0	0	0	0
Cartão de crédito	20	48	4	20
Talão de cheques	20	48	3	15
Cheque especial	16	38	2	10
Seguro de vida	11	26	1	5
Nenhum dos serviços	0	0	10	50

***diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 27,2).

¹A questão admitiu resposta múltipla.

Como esperado, os beneficiários possuem acesso aos serviços bancários com maior expressividade. Enquanto metade dos não beneficiários não possui nenhum serviço bancário, todos os beneficiários têm acesso a pelo menos um dos serviços. O acesso bancário é uma importante consequência direta proporcionada pelo Pronaf àqueles produtores que não o tem. Por outro lado, a existência prévia de negócios com o banco é um facilitador para a contratação do Pronaf.

Nenhum produtor afirmou ter constituição jurídica, refletindo a informalidade da comercialização, o que de um modo geral não é bom, pois, como afirma Neri (2008), a legalidade dos microempreendedores parece favorecer o acesso a crédito

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE CRÉDITO RURAL

Foi constatado que 80% dos não beneficiários nunca tiveram crédito rural anteriormente. Apesar dos motivos para os mesmos não possuírem crédito serem variados, a maioria dos não beneficiários afirmam que a burocracia é o principal motivo da não contratação do Pronaf para financiamento da produção agrícola (Tab. 30).

Tabela 30 - Estabelecimentos segundo motivos pelo qual o produtor não contratou crédito rural¹

Motivo	Não beneficiários	(%)	IBGE ² (%)
Falta de garantias	2	10	2
Não sabe como conseguir	3	15	2
Burocracia	5	25	8
Dívida de empréstimo anterior	1	5	3
Medo de contrair dívidas	3	15	22
Não precisou	3	15	50
Outro motivo	7	35	13

¹A questão admitiu resposta múltipla.

² Esse mesmo questionamento com as alternativas idênticas de resposta foi feito pelo Censo Agropecuário 2006 apresentando a distribuição acima.

Para o produtor, o crédito rápido e oportuno é um aspecto muito valorizado (Lopes et. al, 2010). Ele é menos focado na taxa de juros como tomada de decisão para contratação do crédito e mais sensível ao pronto atendimento de suas necessidades financeiras. Para Schneider (2005, p.799) “o microcrédito é uma forma de acesso a recursos monetários, caracterizada tanto pelo seu pequeno volume de moeda quanto pelo seu processo desburocratizado”.

Já pela Tabela 31, podemos supor que há uma demanda muito grande por crédito já que 75% dos não beneficiários necessitam-no atualmente, ou seja, a demanda por esse tipo de crédito excede a oferta, como apontado por Neri (2008). Somado a isso, 15% do restante afirmam que não pretendem investir na produção, o que não significa que ele não precise, de fato, investir.

Esse problema foi abordado por Schneider et al. (2005) em seu estudo de caso do Programa RS Rural, no qual afirmou que dentre os produtores que não teriam condições de reembolso para pagamento do empréstimo, quase todos tinham acesso precário aos mercados, dispunham de equipamentos manuais ou de tração animal e benfeitorias classificadas como precária, onde a atividade agrícola só era possível graças às rendas não agrícolas recebidas, que complementavam o orçamento da família. Tal fato comprova que o crédito é fundamental para o agricultor investir na modernização da propriedade.

Tabela 31 - Valor ideal necessário de crédito dos estabelecimentos não beneficiários

Valor por ano	Não beneficiários	(%)
Até R\$ 10 mil	5	25
De 10 a R\$ 20 mil	5	25
De 20 a R\$ 50 mil	3	15
Mais de R\$ 50 mil	2	10
TOTAL NECESSITA DE CRÉDITO	15	75
Não pretende investir	3	15
Não precisa	2	10
Outro motivo	0	0
TOTAL NÃO NECESSITA DE CRÉDITO	5	25

Podemos observar ainda pela tabela acima que a maioria dos não beneficiários entrevistados necessita de crédito de R\$ 20 mil reais, que abrange as duas menores faixas de valores de concessão do Pronaf. Diferentemente dos beneficiários, que estão melhores estabelecidos, os não beneficiários precisam de um valor relativamente baixo de crédito em relação àqueles.

Quando os produtores foram questionados sobre a finalidade de aplicação na possibilidade de contratação de crédito de investimento, naturalmente a maior destinação que dariam os não beneficiários seria a aquisição de máquinas e implementos (Tab.32), apesar dos baixos valores citados como necessários na Tabela 31.

Tabela 32 - Estabelecimentos segundo tipo de crédito que tem intenção de adquirir

Tipo de crédito	Não beneficiários	(%)
Investimento	12	60
Custeio	6	30
Não tem intenção	2	10

Diferentemente da intenção do tipo de crédito a ser contratado pelos não beneficiários, os beneficiários adquiriram mais crédito de custeio (Tab. 33).

Tabela 33 - Estabelecimentos segundo tipo de crédito contratado¹

Tipo de crédito	Beneficiários	(%)
Investimento	21	50
Custeio	26	61

¹A questão admitiu resposta múltipla.

Tabela 34 - Estabelecimentos segundo intenção de aplicação do crédito de investimento pelos não beneficiários ¹

Finalidade	Não beneficiários	(%)
Assistência técnica	0	0
Adubação	6	30
Máquinas/ implementos	12	60
Irrigação	4	20
Agricultura orgânica	2	10
Estufa	3	15
Não tem	2	10
Outros	1	5

¹A questão admitiu resposta múltipla.

Já a maior destinação dos recursos de investimento pelos beneficiários foi a adubação (Tab. 35), neste caso, delimitada à adubação corretiva, considerada como investimento. A compra de máquinas e implementos e implantação de estufa foram também mais citadas. Pelo fato das áreas rurais serem tradicionalmente produtoras de olerícolas, é grande a necessidade dos agricultores de implantar estufas.

Tabela 35 - Estabelecimentos segundo finalidade de aplicação do crédito de investimento contratado pelos beneficiários¹

Finalidade	Beneficiários	(%)
Assistência técnica	0	0
Adubação	16	38,1
Máquinas/implementos	9	21,4
Irrigação	7	16,7
Agricultura orgânica	0	0
Estufa	9	21,4
Outros	0	0

¹A questão admitiu resposta múltipla.

Qualquer programa de crédito rural voltado a agricultores familiares deve ter divulgação maciça e apresentação de forma adequada, fazendo com que a informação alcance o público-alvo. Para conhecer a origem do conhecimento do Pronaf, os produtores foram questionados onde obtiveram a informação, tomando o cuidado de não apresentar alternativas de resposta, a fim de se evitar vício no resultado (Tab. 36).

Tabela 36 - Estabelecimentos segundo conhecimento da possibilidade de aquisição do Pronaf e fonte da informação¹

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
EMATER	28	67	7	35
Cooperativa ou Associação	4	9	4	20
Meios de comunicação	2	5	1	5
Outros	8	19	1	5
Não foi informado	n/a	-	7	35
TOTAL	42	100	20	100

¹A questão admitiu resposta múltipla.

Boa parte dos não beneficiários (35% do total) afirmou que nunca tiveram informação sobre o Pronaf. Dos que receberam alguma informação, a mesma quantidade indicou que a teve através da EMATER. A empresa se revelou muito

atuante quanto à divulgação do Programa; Os beneficiários, também em sua maioria, afirmam que tiveram conhecimento do Pronaf pela EMATER. A atuação das Cooperativas e Associações também teve citação relevante tanto na informação sobre o Pronaf, quanto no processo de obtenção do crédito (Tab. 37).

Tabela 37 - Estabelecimentos segundo apoio da cooperativa ou associação para a obtenção do crédito

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	15	36
Não	15	36
Não participa de cooperativa ou associação	12	28

Tabela 38 - Estabelecimentos que passaram a produzir novos produtos após contratação do Pronaf

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	22	52
Não	20	48
TOTAL	42	100

A maioria dos produtores contemplados pelo Pronaf passou a produzir novos produtos, o que é importante para a diversificação da cesta de produtos que contribuem para sua renda, que fica menos suscetível à volatilidade de preços e quebras de safra.

Analisando os dados da tabela acima e da Tabela 39, podemos observar que o crédito realmente incrementou a produção desse público, já que, 52% dos beneficiários passaram a produzir novos produtos, boa parte dos 48% restantes, apesar de não investirem em novos produtos, aumentaram a quantidade produzida.

Tabela 39 - Estabelecimentos que aumentaram a quantidade produzida após contratação do Pronaf

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	40	95
Não	2	5
TOTAL	42	100

Com o crédito contratado, a grande maioria também apontou outros benefícios como melhoria no planejamento da produção para entregar com maior frequência aos fornecedores e cooperativa, e melhoria da qualidade da produção (Tab. 40).

Tabela 40 - Estabelecimentos segundo melhoria no planejamento da produção após contratação do Pronaf

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	40	95
Não	2	5
TOTAL	42	100

Foi expressiva a percepção dos beneficiários acerca da melhoria de vida da família em geral a partir da participação no Pronaf:

Tabela 41 - Estabelecimentos segundo melhoraria na qualidade de vida da família após contratação do Pronaf

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	41	98
Não	1	2
TOTAL	42	100

A mesma questão referente à tabela acima foi submetida aos não beneficiários, porém, quanto à expectativa de melhoria da qualidade de vida após um eventual financiamento de sua produção; Para estes, 91% acreditam que tal oportunidade proporcionaria um incremento na sua qualidade de vida. Esses dados revelam a

credibilidade do Programa junto aos produtores e o reconhecimento da oportunidade de crescimento que ele pode proporcionar entre os agricultores familiares em geral.

Tabela 42 - Estabelecimentos segundo melhoria na qualidade da produção após contratação do Pronaf

Resposta	Não beneficiários	(%)
Sim	38	91
Não	4	9
TOTAL	42	100

Entretanto, a maioria (62%) dos contratantes do Pronaf afirmou que não conseguiu um valor suficiente para atender às necessidades da produção:

Tabela 43 - Estabelecimentos segundo suficiência da quantidade liberada pelo financiamento para atender às necessidades da sua produção

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	16	38
Não	26	62
TOTAL	42	100

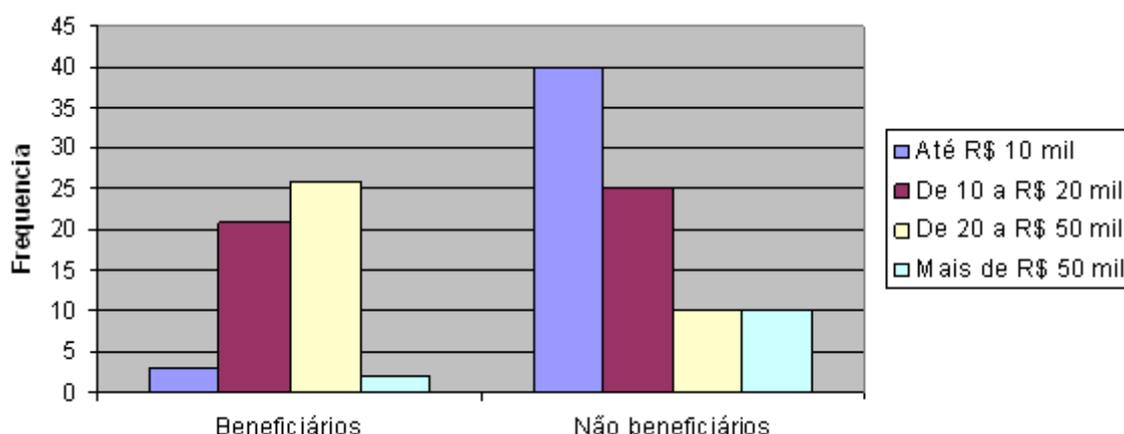
Analisando os dados da Tabela 44 e do Gráfico 5, verificamos que há diferença no valor demandado de crédito entre os grupos já que a maioria dos beneficiários precisaria de um valor maior que R\$ 20 mil reais para atender bem às suas necessidades, enquanto que a maior parcela dos não beneficiários precisa de um valor pequeno, até R\$ 10 mil reais para atender às suas necessidades de produção.

Tabela 44 - Estabelecimentos segundo valor de crédito necessário para atender as necessidades da sua produção

Valor	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Até R\$ 10 mil	1	3	8	40
De 10 a R\$ 20 mil	9	21	5	25
De 20 a R\$ 50 mil	11	26	2	10
Mais de R\$ 50 mil	5	12	2	10
Não tem intenção	n/a	n/a	3	15
TOTAL	26	62	20	100

***diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 8,8).

Gráfico 5 - Estabelecimentos segundo valor de crédito necessário para atender as necessidades da sua produção



A necessidade dos beneficiários de um valor maior de empréstimos pode significar maior necessidade de tecnificação da produção, já que o capital empregado primeiramente, geralmente é utilizado para adubação (Tab. 35) e custeio em geral. Após atingir um alto nível de produção, o agricultor buscará tecnificar sua produção para alcançar maiores níveis de rentabilidade. Essas são algumas das razões que atestam a eficácia do sistema de pagamentos regulares, proposto por Yunus (2000), no qual o empreendedor vai incrementando o valor contratado ao decorrer de vários ciclos de produção, após o mesmo ter adquirido experiência e estabilidade na produção.

A tabela abaixo apresenta a frequência das respostas de ambos os grupos para a principal dificuldade encontrada na contratação do Pronaf, tanto pelos beneficiários quanto pelos não beneficiários na tentativa de contratação:

Tabela 45 - Principal dificuldade declarada na contratação/tentativa de contratação do Pronaf¹

Resposta	Beneficiários	(%)	Não Beneficiários	(%)
Documentação	14	33	7	35
Avalista/fiador	10	24	3	15
Garantias	2	5	4	20
Taxas/ juros altos	0	0	1	5
Não entende bem o processo	1	2	1	5
Nome inscrito em cadastro de inadimplentes	0	0	2	10
Outros	1	2	6	30
Demora na liberação dos recursos	7	17	n/a	n/a
Não encontraram dificuldade	12	29	n/a	n/a

Obs: não há diferença estatística significativa.

¹A questão admitiu resposta múltipla.

A questão dos problemas com a documentação foi a principal queixa de dificuldade de acesso ao financiamento por parte de ambos os grupos. As dificuldades mais citadas foram: falta de documentação de titularidade das terras rurais do DF que impedem de apresentá-la como garantia, dificuldade de acesso, atendimento e custo dos registros em cartório e excesso de documentação requerida pelo agente financeiro. Apesar do sucesso, apenas 29% dos beneficiários não encontraram dificuldade para participar do Pronaf.

Entre os não beneficiários, além da documentação, os problemas com garantias e dificuldades para obter avalistas e fiadores também foram apontadas como as principais dificuldades. Apesar de ser um importante instrumento de controle do risco moral pelas instituições financeiras, as garantias parecem ser

realmente um dos maiores gargalos/entraves à entrada de novos agricultores no Programa, já que para 20% dos não beneficiários, as garantias requeridas são está entre as principais dificuldades para contratar o Pronaf.

Souza (2006) alerta que programas de crédito com taxas subsidiadas, “geralmente apresentam alta inadimplência, dependência institucional e crescimento limitado”. No entanto, é necessário frisar a importância da possibilidade de alcance de recursos pelo produtor através do aval solidário como alternativa às garantias “clássicas” exigidas. Ao contrário do que afirma Souza, Neri (2008) explorou os dados do Crediamigo, no Nordeste, e constatou que 95% dos empréstimos eram solidários com colateral social dos clientes e apenas 0,04% das operações à época estavam atrasadas. Esse resultado contribui para a mitigação da necessidade de garantias reais como garantia de quitação dos empréstimos.

Tabela 46 - Percepção sobre o valor das taxas de juros do programa pelos agricultores familiares

Resposta	Beneficiários***	(%)	Não beneficiários***	(%)
Muito baixas	6	14	0	0
Baixas	24	57	2	10
Justas	9	21	7	35
Altas	3	7	1	5
Muito altas	0	0	0	0
Não sabe	0	0	10	50
TOTAL	42	100	20	100

***indica diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 6,4).

Conforme a Tabela 46 acima, mais de 2/3 dos beneficiários consideram as taxas do Pronaf como baixas ou muito baixas. Cabe destacar que esse grupo percebe que o acréscimo na renda que o financiamento proporciona, supera em muito os juros a serem pagos. Já a maioria dos não beneficiários (que tem conhecimento) considera a taxa justa, sendo importante observar que metade dos integrantes desse grupo não sabe opinar sobre seu valor.

As taxas do Pronaf não parecem ser um problema tanto para beneficiários, quanto para aspirantes ao crédito do Programa. Nitsch e Santos (2001) confirmam que “muitos estudos empíricos demonstram que a principal reclamação das

microempresas em relação ao crédito bancário tradicional não são os níveis de juros, mas os custos de transação”. Complementam ainda os autores que esses juros poderiam ser reduzidos substancialmente através de um acesso desburocratizado, rápido e ágil ao crédito.

Quanto ao atendimento bancário, a maioria dos Beneficiários avaliou positivamente o atendimento para a contratação do Pronaf, porém uma proporção considerável considerou o atendimento ruim ou péssimo (Tab. 47). As principais queixas foram a demora e burocracia no atendimento, demora na liberação de recursos, e até mesmo a má administração da documentação/proposta de financiamento, citando inclusive a perda de documentos. Apenas 30% dos não beneficiários chegaram a acessar uma agência bancária na tentativa de contratação, já que os mesmos procuram primeiramente um atendimento prévio na EMATER.

Tabela 47 - Qualidade do atendimento bancário na contratação/tentativa de contratação

Resposta	Beneficiários**	(%)	Não beneficiários**	(%)
Ótimo	11	26	0	0
Bom	15	36	6	30
Regular	6	14	0	0
Ruim	2	5	0	0
Péssimo	8	19	0	0
Não tentaram	n/a	n/a	14	70
TOTAL	42	100	20	100

**indica diferença significativa ao nível de 90% de confiança (Teste Qui-quadrado = 5,4).

Devido à pequena extensão territorial do DF e proximidade das áreas rurais com as cidades satélites, a grande maioria dos produtores não encontra dificuldade de acesso à agência bancária:

Tabela 48 - Estabelecimentos segundo proximidade e dificuldade do acesso à agência bancária

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Próxima e de fácil acesso	28	67	11	55
Próxima	7	17	7	35
Regular	1	2	0	0
Longe	5	12	2	10
Longe e de difícil acesso	1	2	0	0
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Uma mesma pergunta foi submetida aos dois grupos de entrevistados: “O senhor(a) concordaria em participar de um grupo de avalistas solidários para obter crédito?”, antecedidas de uma breve explicação do entrevistador sobre como funciona um financiamento com aval solidário. Ambos os grupos apresentaram a frequência semelhantes na aceitação em participar de um grupo dessa natureza. A maioria absoluta dos produtores da região pesquisada foi receptiva à participação de um programa de crédito de aval solidário (Tab. 49).

Tabela 49 - Estabelecimentos segundo concordância em participar de um grupo de avalistas solidários para obter crédito agrícola

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Sim	27	64	14	70
Não	15	36	6	30
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

O pagamento do principal não parece ser uma preocupação para os tomadores. De mesmo modo, os aspirantes ao crédito também têm uma expectativa de sucesso financeiro com o Pronaf em sua maioria (Tabs. 50 e 51)

Tabela 50 - Proporção de não beneficiários que em caso de contratação do Pronaf acredita ser difícil pagar o financiamento

Resposta	Não beneficiários	(%)
Sim	6	30
Não	14	70
TOTAL	20	100

Tabela 51 - Proporção de beneficiários que têm dificuldade em pagar o financiamento

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	10	24
Não	32	76
TOTAL	42	100

Também foi constatado na pesquisa, que o grau de endividamento dos não beneficiários é maior (Tab. 52). Esse é um dado importante já que o nome inscrito em cadastro de inadimplentes impede a contratação do Pronaf, que é o caso de 15% dos não beneficiários.

Tabela 52 - Proporção de agricultores familiares endividados atualmente

Resposta	Beneficiários*	(%)	Não beneficiários*	(%)
Sim	1	2	3	15
Não	41	98	17	85
TOTAL	42	100	20	100

*indica diferença significativa ao nível de 80% de confiança (Teste Qui-quadrado = 1,8).

Do contrário, uma parcela de 24% dos beneficiários afirma que estão pagando negociação de dívidas. O cidadão nessa situação se encontra em regularidade financeira e pode ser um beneficiário. Conforme relatos nas entrevistas, a quase totalidade dessas negociações é de dívidas não agrícolas.

Tabela 53 - Proporção de agricultores familiares que está pagando negociação de dívidas atualmente

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Sim	10	24	2	10
Não	32	76	18	90
TOTAL	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Tabela 54 - Proporção de Beneficiários que teria recursos próprios para custear sua produção sem o Pronaf

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	11	26
Não	31	74
TOTAL	42	100

Conforme os dados acima, percebemos que a maioria não tem recursos próprios para produzir sem financiamento, porém foram incluídos nesse grupo aqueles produtores que responderam que teria como continuar a produzir, porém, não no mesmo nível de produção. Essa situação não premeditada prejudicou um pouco nossa análise, mas contribuiu para a reflexão de que esses beneficiários são dependentes da renovação do seu crédito anualmente para manter seu nível de produção.

75% dos não beneficiários afirmaram ter recursos próprios para custear a produção agrícola, e somente 25% empregam outras fontes de renda na produção (Tab. 55). Para estes, o crédito rural seria uma saída para aportar mais investimento na produção e manter outras rendas como capital de reserva. Já dentre aqueles que afirmam ter recursos próprios, muitos não têm condições de investir mais e aumentar seu nível de produção.

É importante observar que os dados abaixo, e os apresentados na Tabela 26, revelam a grande participação de aposentados no grupo dos não beneficiários. Apesar de ser um grupo bem visto pelas instituições financeiras, já que os produtores aposentados têm mais de uma renda e tendem a serem poupadores, esses clientes têm uma posição muito reticente quanto ao uso do crédito.

Tabela 55 - Estabelecimentos segundo emprego de outras fontes de recursos na produção agrícola

Fonte de recurso	Não beneficiários	(%)
Aposentadoria	3	15
Benefícios	0	0
Trabalho fora da propriedade	1	5
Outros	1	5
TOTAL	20	25

Tabela 56 - Proporção de agricultores familiares que conhece todos os passos para conseguir contratar custeio ou investimento¹

Resposta	Beneficiários*** (%)	Não beneficiários*** (%)
Conhece	81	5
Não conhece	19	95
O que não entende:		
Condições de beneficiário	n/a	65
Como obter a DAP	n/a	90
Serviço bancário para contratação	n/a	15
Assistência técnica para contratação	n/a	15

***indica diferença significativa ao nível de 95% de confiança (Teste Qui-quadrado = 28,8).

¹A questão admitiu resposta múltipla.

O dado mais expressivo é que 95% dos não beneficiários não conhecem todos os passos para contratar um financiamento agrícola (Tab. 56). Trata-se de um público carente em assistência técnica, e com abordagem direta sobre o processo de crédito. A DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), primeiro passo para o processo de financiamento agrícola, ainda é desconhecida por 90% dos não beneficiários. Esses dados atestam a necessidade de divulgação do documento e demais processos de cadastro pelos meios competentes.

Assim como o maior problema relatado pelos produtores na contratação do Pronaf é a burocracia, a grande maioria dos beneficiários (79%) não conhece ou entende todo o conteúdo do contrato de financiamento (Tab. 57). A linguagem financeira de um contrato de financiamento não é “amistosa”; O produtor apenas

sabe o valor que ele retira e quanto paga, sem saber o por que. Metade dos tomadores de crédito entrevistados nunca leu o contrato de financiamento. Seria importante que a figura do agente financeiro ou o agente de crédito disponibilizasse uma assistência técnica financeira numa linguagem acessível aos clientes.

Tabela 57 - Proporção de Beneficiários que entendem todas as cláusulas do contrato de financiamento

Resposta	Beneficiários	(%)
Sim	9	21
Não	33	79
TOTAL	42	100

O Governo do Distrito Federal implantou o Creditrabalho (programa de microcrédito com carteiras rural e urbana), que junto às cooperativas de crédito e as empresas jurídicas do setor são opções de crédito aos agricultores da região. Ou seja, existe uma disponibilidade de crédito rural no DF. No entanto, somente 26% dos beneficiários do Pronaf e 10% dos não beneficiários possuem algum outro crédito.

Tabela 58 - Proporção de agricultores familiares que utilizam alguma outra fonte de crédito, além do Pronaf¹

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Não utiliza	31	74	18	90
Crédito pessoal	0	0	0	0
Crédito de cooperativa	2	5	1	5
Creditrabalho	7	17	1	5
Outros	4	9	0	0

Obs: não há diferença estatística significativa.

¹A questão admitiu resposta múltipla.

O sistema creditício em geral acaba concentrando o crédito em poucos produtores, naturalmente, já que esses mesmos produtores são os que possuem o perfil desejado pelas instituições para realizar empréstimos. Por isso podemos observar que enquanto 90% dos não tomadores não têm nenhum contrato de

crédito, 26% dos pronafianos detêm outros empréstimos, sendo que 17% possuem também o Creditralho, que assim como o Pronaf, se trata de um programa governamental.

Atestando os principais itens apontados na tabela 46 que criam obstáculos ao financiamento, a burocracia em excesso foi a principal mudança defendida pelos produtores para melhoria do Programa (Tab. 59). O rigor das garantias exigidas também foi muito apontado como um dos gargalos do processo, mesmo pelos beneficiários.

Tabela 59 - Pontos apontados pelos agricultores familiares a serem melhorados para facilitar a contratação do Pronaf¹

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Menos garantias exigidas	11	26	4	20
Menos burocracia	22	52	6	30
Mais recursos disponíveis	6	14	1	5
Taxas mais baixas	1	3	0	0
Melhorar assistência técnica	1	3	0	0
Mais agências	1	3	0	0
Outros	0	0	3	15
Nada a melhorar	6	14	0	0

Obs: não há diferença estatística significativa.

¹A questão admitiu resposta múltipla.

7.7 INFORMAÇÕES REFERENTES À ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica é fundamental no processo produtivo. Para obter um financiamento rural ela é imprescindível, já que os produtores devem apresentar projeto da produção.

A assistência técnica aos beneficiários é essencialmente fornecida pela EMATER DF, haja vista que essa empresa também atendeu a 65% dos não beneficiários, no último ano/safra (Tab.60).

Tabela 60 - Estabelecimentos segundo natureza da assistência técnica

Resposta	Não beneficiários	(%)
EMATER	13	65
Cooperativa	0	0
Associação	0	0
Particular	3	15
Não tiveram assistência	6	30

As empresas particulares, mais comumente empresas de insumos e casas agropecuárias, também realizam visitas técnicas aos agricultores, porém, essas assistências são fornecidas somente aos clientes de seus produtos e têm natureza essencialmente comercial. Nenhum produtor contratou um técnico consultor particular. Importante observarmos que 30% dos não beneficiários não tiveram nenhum tipo de assistência técnica no último ano/safra.

Não houve diferença significativa quanto à frequência das assistências técnicas aos dois grupos de produtores entrevistados. O que se percebeu é que há diferença na frequência entre os escritórios da EMATER, onde uma mesma região possui maior porcentagem de agricultores atendidos sobre o total e outras com muitos agricultores com pouco ou nenhum atendimento:

Tabela 61 - Estabelecimentos segundo número de visitas técnicas recebidas no último ano/safra

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Três ou mais	25	59	10	50
Duas	4	10	1	5
Uma	6	14	3	15
Nenhuma	7	16	6	30
	42	100	20	100

Obs: não há diferença estatística significativa.

Apesar regularidade na frequência das visitas técnicas disponibilizadas aos dois grupos, os beneficiários perceberam maior contribuição positiva das visitas técnicas que os não beneficiários, com 80% de confiança:

Tabela 62 - Proporção de agricultores familiares que consideram as visitas técnicas fundamentais para a eficiência da sua produção

Resposta	Beneficiários*	(%)	Não beneficiários*	(%)
Sim	40	95	16	80
Não	2	5	4	20
TOTAL	42	100	20	100

*indica diferença significativa ao nível de 80% de confiança (Teste Qui-quadrado = 2,1).

Ambos os grupos avaliaram positivamente a assistência técnica recebida (tab. 63).

Tabela 63 - Estabelecimentos segundo avaliação da assistência técnica recebida

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Excelente	2	5	1	5
Ótima	13	31	8	40
Boa	25	59	5	25
Ruim	2	5	0	0
Péssima	0	0	0	0
Não recebeu assistência técnica	0	0	6	30
TOTAL	42	100	20	100

Os produtores em geral, identificaram uma grande contribuição da assistência técnica para a produção agropecuária. Os resultados mostram ainda que uma grande parcela dos beneficiários consideram especialmente de grande importância o auxílio da EMATER na contratação do Pronaf (Tab. 64).

Tabela 64 - Fase(s) do financiamento consideradas pelos agricultores familiares como importantes para assistência técnica

Resposta	Beneficiários	(%)	Não beneficiários	(%)
Elaboração do projeto	15	36	3	15
Contratação do Pronaf	30	71	3	15
Produção agropecuária	32	76	17	85

Obs: não há diferença estatística significativa.

8. CONCLUSÕES

Os programas de microcrédito se mostram promissoras ferramentas de inclusão de populações de baixa renda nos setores produtivos em várias regiões do mundo. Para a população rural dependente da atividade agropecuária para prover seu sustento, o crédito rural tem especial relevância em virtude das características diferenciadas em seu ciclo produtivo. Os resultados dessa pesquisa foram importantes para verificar, segundo percepção dos produtores, as maiores dificuldades e gargalos do programa nacional de crédito para os agricultores familiares e discutir algumas características que são pontos de questionamento do público em geral do Pronaf. Por outro lado, o trabalho gerou dados que ressaltam seus pontos positivos, sugerindo inclusive, que houve contribuição para o aumento da renda do produtor beneficiário.

A população pesquisada, totalizando 62 produtores, é composta em sua maioria por migrantes de outros estados, especialmente os da região nordestina, formadas essencialmente por famílias chefiadas por homens. Pelo pequeno tamanho dos estabelecimentos, tipo de ocupação e proximidade com os mercados consumidores, há uma concentração do tipo e atividade exercida. Todos os entrevistados são agricultores e alguns poucos também se dedicam à pecuária, porém a atividade predominante é a olericultura que é praticada por mais de 90% dos produtores entrevistados, se caracterizando a principal atividade agrícola da região.

A maioria dos produtores entrevistados beneficiários do Pronaf faz parte dos assentamentos Betinho (Brazlândia) e Fazenda Larga (Planaltina), correspondendo a 55% do total. Os demais beneficiários são agricultores residentes das regiões do Núcleo Rural Chapadinha e Alexandre Gusmão, em Brazlândia, e nos núcleos rurais do Pipiripau, Taquara e Rio Preto, em Planaltina.

Perceberam-se outras diferenças significativas entre os grupos de amostragem. Foi constatado que beneficiários possuem grau de escolaridade mais elevado e possuem mais experiência de trabalho como agricultor familiar. Pôde-se perceber ainda que os beneficiários entrevistados parecem ser mais organizados

socialmente. Eles participam mais de associações de produtores que os não beneficiários, apesar de ser pouco significativo.

A maior parte dos produtores não possui nenhum empregado e contratam mais empregados temporários do que permanentes. Porém, dentre os estabelecimentos que empregam mão de obra permanente, os beneficiários possuem quantidade de empregados significativamente maior.

Outro dado muito importante é que a renda média agrícola dos beneficiários é consideravelmente maior que a dos não beneficiários. No entanto, apesar de fortes evidências, não se pode afirmar que o crédito do Pronaf foi determinante na melhoria da tecnologia de produção e incremento do nível de produtividade. Caberia em futuros trabalhos motivados a partir da pesquisa, analisar se justamente esses produtores que já eram mais capitalizados e possuíam maior tecnologia é que acessaram o Pronaf com maior sucesso. Ainda a respeito da renda, ambos os grupos possuem maior parcela de renda agrícola na renda total familiar. Não beneficiários possuem maior participação de rendas de aposentadoria na renda total familiar que os beneficiários. É possível que boa parte desses agricultores prefira utilizar recursos desse benefício na produção agrícola a contratar crédito.

Quanto ao acesso ao crédito e serviços financeiros, os beneficiários também estão em vantagem. Os mesmos possuem maior acesso aos serviços bancários enquanto que metade dos não beneficiários não possui nenhum serviço bancário. Ademais, 80% dos não beneficiários nunca tiveram crédito rural e quase a totalidade deles afirmam que necessitam de crédito atualmente. Ao contrário dos beneficiários, a maioria dos não beneficiários necessita de um valor baixo de crédito para atender às suas necessidades. Ou seja, um aporte pequeno de recursos, poderia incluir vários produtores no processo de financiamento rural.

A pesquisa constatou dados que indicam transformações importantes na produção e modo de vida do produtor; A maioria dos contemplados pelo Pronaf declarou que passou a produzir novos produtos e praticamente todos aumentaram a quantidade produzida após contratação do crédito. A grande maioria também apontou outros benefícios proporcionados pelo aporte financeiro como melhoria no planejamento da produção para entregar com maior frequência aos fornecedores e cooperativa e melhoria da qualidade da produção.

Os produtores percebem claramente a contribuição positiva do crédito rural: 98% dos beneficiários afirmaram que houve melhoria na qualidade de vida em

geral da sua família após contratação do Pronaf. Do mesmo modo os não beneficiários também têm grande expectativa de melhoria da qualidade de vida se participarem do Programa.

As informações fornecidas pelos beneficiários revelam ainda que a taxa de juros é um atrativo à contratação do financiamento, e conseqüentemente, o pagamento do empréstimo também não é um problema para os tomadores. O grau de endividamento dos não beneficiários é maior e esse certamente é um entrave à contratação do financiamento, no entanto, a origem desse endividamento não é de operações de crédito rural.

Por outro lado, alguns pontos, fonte de discussão e crítica apontadas pelos autores da revisão bibliográfica, foram confirmados pela opinião dos produtores; Para os não beneficiários, a burocracia é o principal empecilho à contratação do Pronaf, especialmente a questão da documentação exigida, a principal queixa de dificuldade de acesso ao financiamento por parte de ambos os grupos. A burocracia em excesso aliada ao rigor das garantias exigidas foram as principais mudanças defendidas pelos produtores.

Constatou-se que a dificuldade em oferecer garantias e para obter avalistas e fiadores também são problemáticas. Apesar de fazer parte do controle e seleção do público-alvo apto ao financiamento pelas instituições financeiras, as garantias exigidas e a morosidade do processo acabam por descaracterizar a especificidade do microcrédito, o qual deveria ser ágil e menos desburocratizado, tendo em vista sua finalidade e o público atendido. Os estudos de caso citados nesse trabalho relatam que os programas de microcrédito de aval solidário não comprometem a adimplência dos contratos.

Quanto à demanda por recursos, percebe-se que para os beneficiários, o valor disponível para empréstimos é limitado. Em virtude da presença maciça de olericultores e esse tipo de atividade demandar alto investimento, a maioria dos contratantes afirmou não conseguir um valor suficiente para atender às necessidades da produção. Uma quantidade expressiva de beneficiários afirmou não possuir recursos próprios para sua produção, e mesmo aqueles que teriam como continuar a produzir, são dependentes da renovação do seu crédito anualmente para manter o mesmo nível de produção. Os dados sobre necessidade e anseio por crédito por parte dos beneficiários apontam para maior demanda do que oferta do mesmo.

Falta ainda maior divulgação e alcance do Pronaf, já que 35% dos não beneficiários sequer sabem da existência do Programa. A maioria dos beneficiários afirma que tiveram conhecimento do mesmo pela EMATER. A Empresa é na maioria dos casos o primeiro e único contato para fonte de informação sobre o processo de financiamento rural. Trata-se de um público carente em informação, e com abordagem direta sobre o processo de crédito, que desconhecem até mesmo o primeiro passo para o reconhecimento da aptidão ao financiamento.

Os dados sugerem que pode haver uma concentração de crédito em poucos produtores, pois boa parte dos beneficiários do Pronaf tem mais facilidade em acessar outros meios de crédito como o Credittrabalho, enquanto 90% dos não beneficiários não têm nenhum outro contrato de crédito.

A EMATER-DF é a única fonte de assistência técnica para a grande maioria. Este é um órgão muito atuante na divulgação do Pronaf e elaboração de projetos de produção. Ambos os grupos avaliaram positivamente a assistência técnica recebida, porém, os beneficiários valorizam mais as visitas técnicas que os não beneficiários. No entanto, constatou-se que uma parcela significativa dos não beneficiários não teve assistência técnica no último ano/safra, enquanto outros produtores têm acesso ao serviço inúmeras vezes.

O Pronaf possui algumas diferenças do modelo clássico de microcrédito desenvolvido pelo *Grameen Bank*. A mais significativa é que o Programa não adota o modelo de aval solidário, que é uma alternativa às garantias tradicionalmente exigidas pelos agentes financeiros. Ambos os grupos de beneficiários e não beneficiários confiam na proposta do programa de microcrédito de aval solidário. Os maiores benefícios identificados são a agilidade e facilidade de acesso ao recurso.

A bibliografia consultada aponta para uma tendência de maior sucesso dos programas de microcrédito implementados em escala local, apesar da abrangência regional do Agroamigo, no Nordeste. O modelo clássico desenvolvido por Yunus possivelmente seria de difícil aplicação num programa nos moldes do Pronaf.

Percebeu-se também que esses programas desenvolvidos no País são essencialmente de natureza pública, que em razão dos juros muito baixos se tornam muito atrativos e acabam sendo escassos. Nesse caso, as iniciativas privadas de microcrédito rural deveriam receber maior incentivo pelo Estado por meio de incentivos fiscais e parcerias público-privada.

Os entrevistados apresentaram algumas críticas ao Pronaf quanto às dificuldades na intermediação instituição financeira-produtor, na qual o microcrédito visa amenizá-las através do aval solidário. Apesar da exigência das garantias reais no Pronaf, a pesquisa revelou que, na percepção destes agricultores, o Programa tem atingido seu principal objetivo, de gerar renda ao agricultor familiar. Tal afirmação deriva das informações significativas de aumento de renda, produtividade e qualidade da produção pelos beneficiários. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que o programa selecionou os produtores em melhores condições sociais e econômicas, já que, para dados pessoais nos quais os beneficiários levam vantagem como escolaridade, tempo de experiência na produção rural e de tempo como agricultor familiar, os eventos são claramente *ex-ante* à tomada do crédito. O método de análise dos resultados permite apenas constatar associações entre ambos os grupos, não permitindo que as diferenças sejam interpretadas como resultantes de impactos do Pronaf.

O trabalho de Neri (2008) sobre o surpreendente crescimento do microcrédito no Nordeste trouxe importantes constatações que chamam atenção para o estudo do tema como a relação positiva entre tomada do financiamento e lucro do negócio, e o fato desse aumento dos lucros dos clientes ser relativamente maior para aqueles com menor nível de lucro, ou seja, mais pobres. Os resultados da presente dissertação sugerem, pela percepção do público consultado, que essa relação é igualmente válida para beneficiários do Pronaf, porém, com algumas diferenças básicas de acesso ao seu crédito em relação aos programas de microcrédito propriamente ditos.

As propostas desenvolvidas a partir das constatações dessa pesquisa sugerem a busca pela criação de mecanismos alternativos às garantias tradicionalmente exigidas pelas instituições financeiras, como o aval solidário, por exemplo, e adequação dos programas de microcrédito às especificidades e necessidades de cada região, em função do tipo de público atendido e potencial agropecuário.

O trabalho contribui para melhorar ou debater a consistência das constatações e suposições entre crédito rural e seu acesso por meio da comparação de resultados de outros autores. Os resultados aqui apresentados podem ainda servir de base na formulação de problemas mais precisos ou criação hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

9. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)** – Texto para Discussão Nº 641 (Convênio FIPE/IPEA 07/97) - IPEA, Brasília, 1999.

ALDRIGHI, D. 2004. **Algumas contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros**. Encontro Nacional de Economia (ANPEC 2004). (mimeo).

ALMEIDA, L. F; ZYLBERSZTAJN, D. **Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos**. In: III Simpósio Internacional de Administração e Marketing, 2008, São Paulo.

ALVES, J. M. L. **Intermediação Financeira no Agronegócio. Uma Análise do Crédito Rural pela Economia dos Custos de Transação**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (adaptado)

AQUINO, J. R., TEIXEIRA, O. A, TONNEAU, J. **Pronaf: política agrícola discriminatória?** IX Encontro da Sociedade de Economia Política – SEP (CD-ROM). Uberlândia, MG. 2004.

BACHA, C. J. C; DANELON, Leonardo; BEL FILHO, Egmar D. **Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil - período de 1985 a 2003**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, RS., v. 14, n. 26, p. 43-69, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. [http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dllf = templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idvGeropMCR.](http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dllf=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idvGeropMCR) Acesso em 17/11/2010.

BANCO DO BRASIL. **Evolução histórica do crédito rural**. In: Revista da Política Agrícola, ano XIII, nº 4, p.10-17, Brasília: Secretaria de Política Agrícola, 2004.

BARROS, R. P; MENDONÇA, R. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Texto para discussão nr. 528. Rio de Janeiro, IPEA, 1997.

BARTH, J; CAPRIO, G; LEVINE, R. **The Regulation and Supervision of Banks Around the World: A New Database**. Brown University - Department of Economics; National Bureau of Economic Research (NBER), 2001. World Bank Policy Research Working Paper nº 2588.

BRASIL (a). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011** /. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília : Mapa/SPA, 2010.

BRASIL (b). PROGRAMA NACIONAL DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO – PNMPO. **SOUZA, M. C. Mversus taxas de mercado.** http://www2.mte.gov.br/pnmppo/artigo_mesquita.pdf. Acesso em 29/11/2010.

CASTRO, A. M.; LOPES, M. A; LIMA, S. M; BRESCIANI, J. C. **Cenários do setor de sementes e estratégia tecnológica.** REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - Ano XIII - nº 03 - Jul/Ago/Set/2004.

• CASTRO, E. R; TEIXEIRA E. C. Revista de Política Agrícola, Ano XIX – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2010. Pg. 09.

DESER. **Pobreza rural, microfinanciamento e construção de cidadania.** Contexto Rural: Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Curitiba: DESER, v. 1, n. 1, 2001.

DIAS N, P. C; NINAUT, E. S. **Aplicação dos recursos na agropecuária.** Agroanalysis - vol. 30, nº 05 – Fundação Getúlio Vargas, 2010.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011

FRASCAROLI, B.; F. RAMOS; N. PAES. **A indústria brasileira e o racionamento de crédito: Uma análise do comportamento dos bancos sob informações assimétricas.** Anais do XIII Encontro Regional de Economia do Nordeste, Fortaleza, 2008.

FALCUCCI, G. W. **Microcrédito: Um estudo sobre sua aplicação no Brasil.** Brasília, UnB, Programa de pós-graduação em Gestão Econômica de Negócios, 2005. 122 p.

FRANÇA, C. G; DEL GROSSI, M; MARQUES V. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília, MDA, 2009.

GASQUES, J. G; CONCEIÇÃO, J. R. **Fatores que Afetam a Oferta de Recursos no Crédito Rural.** Preços Agrícolas. v. 14, n. 161, p. 7-8, mar. 2000.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. *In: Transformações da agricultura e políticas públicas.* Brasília: Ipea, 2001.

GIMENES, R. M. T; GIMENES, F. P; GOZER, I. **Evolução do Crédito Rural no Brasil e o Papel das Cooperativas Agropecuárias no Financiamento dos Produtores Rurais;** UNIPAR - 2008

GOMES, P. O; LIMA, D. G. **Eficiência Econômica das Políticas de Microcrédito Rural no Estado de Mato Grosso do Sul.** UFMS, CAMPO GRANDE - MS – BRASIL. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – 2008.

GONZALEZ, Bernardo C. de R. **Novas formas de financiamento da produção, base do agronegócio**. In: MONTOYA, Marco A. PARRÉ, José L. **O agronegócio brasileiro no final do século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências**. Vol 1. Ed. UPF, Passo Fundo-RS: 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. Del Grossi, Mauro Eduardo. O novo Rural: uma abordagem ilustrada – Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. v. 1 (53p.).

GUANZIROLI, E. - **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.45 n.2 Abr./Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 05/09/2010

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. MPOG, 2009.

KAGEYAMA, A. **Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-Crédito**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 2003. P.1-13.

KING, R; LEVINE, R. **Finance and growth: Schumpeter might be right**. Journal of Monetary Economics 108, p. 717-738, 1993.

LIMA, M. A. A de; J. A. PINHEIRO. **Extensão Rural No Brasil: Novos Caminhos, Novos Desafios?** 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2010.

LOPES, A. C; SCHULTER, C. B; BINOTTO, E; ANDRADE, S. A; CARPENEDO, E. B. **Microcrédito nos Microempreendimentos: Um estudo no Banco da Gente do MS**. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2010.

MACIEL, M; KHAN, A. S. **O Impacto Do Programa De Microcrédito Rural (AGROAMIGO) Na Melhoria Das Condições De Vida Das Famílias Beneficiadas No Estado Do Ceará: Um Estudo De Caso**. Revista de Economia e Agronegócio. vol.7, nº . 2009.

MARULANDA, B; OTERO, M. **The profile of microfinance in Latin America in 10 years: Vision & Characteristics**. ACCION International, Abr. 2005.

MATTEI, Lauro. **Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, n.1, p. 143-158, jan./mar.2007.

MEYER, R. L; ADAMS, D; RASK, N; ARAÚJO, P. **Mercados de crédito e os pequenos agricultores do Brasil**. In: ARAÚJO, P; SCHUH, E. Desenvolvimento da Agricultura: análise de política econômica. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

MISHKIN, Frederic S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NERI, M C. **Microcrédito: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**. FGV - 2008. 376 p.

NERI, M. C.; GIOVANINI, F. S. **Small business, colateral and access to credit**. *Revistade Economia Contemporânea*, v.9, n.3, p.643-669, set./dez.2005.

NITSCH, M; SANTOS, C. **Da Repressão Financeira ao Microcrédito**. Revista de Economia Política, vol. 21, nº 4 (84), outubro-dezembro/2001.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Nova York: *Cambrigde University Press*, 1990.

PRADO JÚNIOR. C. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PETRELLI C,V; Silva,F (2004): **O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados**. Anais XVII Congresso da SOBER. Julho 2004. Cuiabá MT.

POPPER, K. R. **Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo. Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

REZENDE, G. C. **Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 44, n. 01, p. 47 a 78, jan./mar. de 2006.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A A. **HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, (p. 21-50.)

SCHNEIDER, S; WAQU, P. D; KUHN, D. D; MIGUEL, L. A. **Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do programa RS Rural no Rio Grande do Sul**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 789-828, nov. 2005

SILVA, F; PETRELLI, V. C; NEDER, H. D. **Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infra-estrutura, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil: uma abordagem estatística**. In: Ortega, A. C; Almeida Filho, N.. (Org.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2007, v. 1, p. 123-158.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SOUSA, J. M. P. **AVALIAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDA.** Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

SOUZA, M. C. M. Taxa de juros em operações de microcrédito: taxas subsidiadas versus taxas de mercado. Revista Desenbahia, v. 2, n. 4, mar., 2006.- Salvador – BA.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura.** Piracicaba, 2001. 93 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

STIGLITZ, J. E; WEISS, A. ***Credit rationing in markets with imperfect information.*** *American Economic Review*, vol. 11. 1981.

TONETO, R. Jr, GREMAUD, A. P. **O microcrédito e o financiamento rural: mecanismos e gestões.** Texto para discussão, série econômica, TDE/25 – 2001.

WILLIAMSON, Oliver. ***The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets and Hiraquies.*** New York, *The Free Press*. 1985.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres.** 4.ed. São Paulo. Editora Ática, 2001. 343p.

ANEXO

Anexo A – Formulários de pesquisa a produtores.



Universidade de Brasília- UnB
Mestrado em Agronegócios -
FAV/PROPAGA

Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi.
Mestrando: Felipe Lemos Sereno

Questionário Entrevista Beneficiário
PRONAF

1. Dados Pessoais
Informações Gerais.
Nome do entrevistado: _____
Local da Propriedade: _____
Naturalidade: _____
1. Grau de Escolaridade? <input type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Superior
2. Há quanto tempo reside no DF? <input type="checkbox"/> menos 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 10-20 anos <input type="checkbox"/> 20-30 anos <input type="checkbox"/> mais de 30 anos
3. Há quanto tempo é agricultor familiar? <input type="checkbox"/> menos 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 10-20 anos <input type="checkbox"/> 20-30 anos <input type="checkbox"/> mais de 30 anos

4. Há quanto tempo trabalha no meio rural? <input type="checkbox"/> menos 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 10-20 anos <input type="checkbox"/> 20-30 anos <input type="checkbox"/> mais de 30 anos
5. Possui filhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> quantos <input type="checkbox"/> quantos deles auxiliam nas atividades produtivas

2. Informações referentes à propriedade e a produção.
6. Qual é a área do estabelecimento? <input type="checkbox"/> menor que 2 ha <input type="checkbox"/> de 2 a 4 ha <input type="checkbox"/> de 4 a 10 ha <input type="checkbox"/> mais que 10 ha
7. Qual é a área utilizada para a produção? <input type="checkbox"/> menor que 2 ha <input type="checkbox"/> de 2 a 4 ha <input type="checkbox"/> de 4 a 10 ha <input type="checkbox"/> mais que 10 ha
8. Você é o dono do estabelecimento em que produz? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
9. Qual a sua condição de exploração do estabelecimento? <input type="checkbox"/> arrendatário <input type="checkbox"/> meeiro <input type="checkbox"/> parceiro

<input type="checkbox"/> título de uso (assentado) <input type="checkbox"/> ocupante	
10. Cooperado?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
11. Associado?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
12. Integrado de agroindústria?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
13. Quantos membros da família trabalham na produção rural?	
<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> mais de 4	
14. Número de empregados, excluindo familiares?	
<input type="checkbox"/> permanentes <input type="checkbox"/> temporários	
15. Tipo de moradia	
<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> acabada <input type="checkbox"/> semi-acabada <input type="checkbox"/> em construção <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> taipa	
16. Produção da propriedade	
<input type="checkbox"/> Agrícola	<input type="checkbox"/> Pecuária
Cultura:	Criação:
<input type="checkbox"/> olericultura	<input type="checkbox"/> bovino corte
<input type="checkbox"/> fruticultura	<input type="checkbox"/> bovino leiteiro
<input type="checkbox"/> graníferas	<input type="checkbox"/> avicultura
	<input type="checkbox"/> suinocultura
	<input type="checkbox"/> caprinocultura

Área:	Rebanho:
_____	_____
_____	_____
Safra:	Produção:
_____	_____
_____	_____
Principais Insumos Utilizados:	

17. Bens na propriedade?	Foram adquiridos após o Pronaf?
<input type="checkbox"/> Telefone fixo	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Telefone celular	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Computador	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Acesso a Internet	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Antena Parabólica	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Carro	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Estufa	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Caminhão	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Trator	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Micro trator	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Grade	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Arado	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Roçadeira	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Plantadeira	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Pulverizador	<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> Carreta reboque	<input type="checkbox"/> sim
Outros:	
_____	<input type="checkbox"/> sim

3. Referentes à Renda.
18. Qual é a renda média da produção agrícola do estabelecimento?

<input type="checkbox"/> até R\$ 1 mil <input type="checkbox"/> de 1 a R\$ 2 mil <input type="checkbox"/> de 2 a R\$ 4 mil <input type="checkbox"/> de 4 a R\$ 6 mil <input type="checkbox"/> mais que R\$ 6 mil	22. Houve apoio da Cooperativa para a obtenção do crédito? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Como? _____ _____ _____
19. Houve aumento desta renda após a participação no Pronaf? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não De quanto? R\$ _____	23. O crédito adquirido foi para: <input type="checkbox"/> Investimento <input type="checkbox"/> Custeio Finalidade: _____ _____
20. Qual a composição da renda da família? Aposentadoria ____% ou R\$ _____ Benefícios ____% ou R\$ _____ Renda da prod. Agrícola ____% ou R\$ _____ Trabalho fora da propriedade ____% ou R\$ _____	24. O investimento foi para qual finalidade? <input type="checkbox"/> Assistência técnica <input type="checkbox"/> Adubação <input type="checkbox"/> Maquinas/ implementos <input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> Agricultura orgânica <input type="checkbox"/> Outros: _____
21. Tem acesso aos serviços bancários: <input type="checkbox"/> conta-corrente pessoa física <input type="checkbox"/> conta-corrente pessoa jurídica <input type="checkbox"/> cartão de crédito <input type="checkbox"/> talão de cheques <input type="checkbox"/> cheque especial <input type="checkbox"/> seguro de vida	25. Mudanças na produção e comercialização (custeio) com o programa de crédito: _____ _____ _____
<p style="text-align: center;">4. Referentes ao crédito.</p> Como você foi informado da possibilidade de aquisição do Pronaf? <input type="checkbox"/> EMATER <input type="checkbox"/> Cooperativa ou associação <input type="checkbox"/> Meios de Comunicação <input type="checkbox"/> Outros	26. Passaram a produzir novos produtos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quais produtos? _____ _____ _____
	27. Aumentaram a quantidade produzida?

<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Quais produtos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><input type="checkbox"/> Documentação</p> <p><input type="checkbox"/> Avalista/Fiador</p> <p><input type="checkbox"/> Garantias</p> <p><input type="checkbox"/> Taxas/juros altos</p> <p><input type="checkbox"/> Não entende bem o processo</p> <p><input type="checkbox"/> Nome inscrito em cadastro de inadimplentes</p> <p><input type="checkbox"/> Outros</p> <p>_____</p>
<p>28. Passaram a planejar a produção para entregar com maior frequência para os fornecedores/Cooperativa?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Quais produtos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>33. Como considera o atendimento bancário na realização do contrato?</p> <p><input type="checkbox"/> ótimo</p> <p><input type="checkbox"/> bom</p> <p><input type="checkbox"/> regular</p> <p><input type="checkbox"/> ruim</p> <p><input type="checkbox"/> péssimo</p> <p>Motivo:</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>29. Melhoraram a qualidade da produção?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Quais produtos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>34. Como considera o acesso à agência bancária?</p> <p><input type="checkbox"/> próxima e de fácil acesso</p> <p><input type="checkbox"/> próxima</p> <p><input type="checkbox"/> regular</p> <p><input type="checkbox"/> longe</p> <p><input type="checkbox"/> longe e de difícil acesso</p>
<p>30. Em sua opinião o programa melhorou a qualidade de vida da sua família?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>35. Considera as taxas de juros do programa:</p> <p><input type="checkbox"/> muito baixas</p> <p><input type="checkbox"/> baixas</p> <p><input type="checkbox"/> justas</p> <p><input type="checkbox"/> altas</p> <p><input type="checkbox"/> muito altas</p> <p><input type="checkbox"/> não sabe</p>
<p>31. A quantidade liberada pelo financiamento foi suficiente para atender as necessidades da sua produção?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Valor que acharia suficiente?</p> <p><input type="checkbox"/> até R\$ 10 mil</p> <p><input type="checkbox"/> de 10 a R\$ 20 mil</p> <p><input type="checkbox"/> de 20 a R\$ 50 mil</p> <p><input type="checkbox"/> mais de R\$ 50 mil</p>	<p>36. Concordaria em participar de um grupo de avalistas solidários para obter crédito a taxas mais baixas?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>32. Qual a principal dificuldade para participar do programa?</p>	<p>37. Teve dificuldade em pagar o financiamento?</p>

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	44. O que acha que pode ser feito para facilitar a contratação do Pronaf? <input type="checkbox"/> taxas mais baixas <input type="checkbox"/> melhorar assistência técnica <input type="checkbox"/> mais recursos disponíveis <input type="checkbox"/> mais agências bancárias <input type="checkbox"/> menos burocracia na contratação <input type="checkbox"/> menos garantias exigidas _____ _____
38. Está endividado atualmente? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
39. Está pagando renegociação de dívida? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
40. Se não tivesse crédito, teria recursos próprios para custear sua produção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	5. Referentes à assistência técnica do programa.
41. Conhece todos os passos para conseguir contratar custeio ou investimento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	45. Quantas vezes foram realizadas visitas técnicas referentes ao financiamento, no último ano, em sua propriedade? <input type="checkbox"/> Mais de 3 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> Nenhuma
42. Entende todas as cláusulas do contrato de financiamento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não O que não entende? _____ _____	46. Você considera as visitas técnicas fundamentais para a eficiência da sua produção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
43. Utiliza alguma outra fonte de crédito, além do Pronaf? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> crédito pessoal <input type="checkbox"/> crédito de Cooperativa <input type="checkbox"/> Creditralho <input type="checkbox"/> outros Utilizado para: <input type="checkbox"/> Custeio <input type="checkbox"/> Investimento Qual programa? _____	47. Caso tenha sido realizada assistência técnica qual seria sua avaliação sobre essa assistência? <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
	48. Em qual(is) fase(s) do financiamento você considera mais importante a assistência técnica/financeira? <input type="checkbox"/> elaboração do projeto <input type="checkbox"/> na contratação do Pronaf <input type="checkbox"/> na produção agropecuária

() pagamento da dívida

Observações Finais.



Universidade de Brasília- UnB
Mestrado em Agronegócios -
FAV/PROPAGA

Orientador: Mauro E. Del Grossi.
Mestrando: Felipe Lemos Sereno

Questionário Entrevista Não
Beneficiário PRONAF

1. Dados Pessoais
Informações Gerais.
Nome do entrevistado: _____ _____
Local da Propriedade: _____ _____
Naturalidade: _____ _____
1. Grau de Escolaridade?
<input type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Superior
2. Há quanto tempo reside no DF?
<input type="checkbox"/> menos 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 10-20 anos <input type="checkbox"/> 20-30 anos <input type="checkbox"/> mais de 30 anos
3. Há quanto tempo é agricultor familiar?
<input type="checkbox"/> menos 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 10-20 anos <input type="checkbox"/> 20-30 anos

<input type="checkbox"/> mais de 30 anos
4. Há quanto tempo trabalha no meio rural?
<input type="checkbox"/> menos 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 10-20 anos <input type="checkbox"/> 20-30 anos <input type="checkbox"/> mais de 30 anos
5. Possui filhos?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> quantos
<input type="checkbox"/> quantos deles auxiliam nas atividades produtivas

2. Informações referentes à propriedade e a produção.
6. Qual é a área do estabelecimento?
<input type="checkbox"/> menor que 2 ha <input type="checkbox"/> de 2 a 4 ha <input type="checkbox"/> de 4 a 10 ha <input type="checkbox"/> mais que 10 ha
7. Qual é a área utilizada para a produção?
<input type="checkbox"/> menor que 2 ha <input type="checkbox"/> de 2 a 4 ha <input type="checkbox"/> de 4 a 10 ha <input type="checkbox"/> mais que 10 ha
8. Você é o dono do estabelecimento em que produz?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
9. Qual a sua condição de exploração do estabelecimento?
<input type="checkbox"/> arrendatário

19. Qual é a renda média da produção agrícola do estabelecimento?

até R\$ 1 mil
 de 1 a R\$ 2 mil
 de 2 a R\$ 4 mil
 de 4 a R\$ 6 mil
 mais que R\$ 6 mil

20. Qual a composição da renda da família?

Aposentadoria ____% / R\$ _____

Benefícios ____% / R\$ _____

Renda da prod. Agrícola ____% / R\$ _____

Trabalho fora da propriedade ____% / R\$ _____

21. Tem acesso aos serviços bancários:

conta-corrente pessoa física
 conta-corrente pessoa jurídica
 cartão de crédito
 talão de cheques
 cheque especial
 seguro de vida

outro motivo

24. Você necessita de crédito atualmente?

Sim Não

Valor que acharia suficiente? Motivo:

até R\$ 10 mil não pretende investir
 10 a R\$ 20 mil não precisa
 20 a R\$ 50 mil outro motivo
 mais de R\$ 50 mil _____

25. Você já foi informado da possibilidade de aquisição do Pronaf?

sim não

Por qual meio?

EMATER
 Cooperativa ou Associação
 meios de Comunicação
 Outros

26. Tem intenção de adquirir crédito para:

Investimento
 Custeio
 não tem intenção

Finalidade:

27. Qual a maior necessidade de crédito para investimento?

Assistência técnica
 Adubação
 Maquinas/ implementos

4. Referentes ao crédito.

22. Já teve crédito anteriormente?

Sim Não

23. Por qual motivo não possui crédito?

falta de garantia
 não sabe como conseguir
 burocracia
 dívida de empréstimo anterior
 medo de contrair dívidas
 não precisou

<input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> Agricultura orgânica <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> Outros: <hr/> <hr/>	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo
<p>28. Em sua opinião, a participação no programa melhoraria a qualidade de vida da sua família?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>E a qualidade da sua produção?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Motivo:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>29. Qual o valor de crédito por ano seria suficiente para atender as necessidades da sua produção?</p> <p><input type="checkbox"/> até R\$ 10 mil <input type="checkbox"/> 10 a R\$ 20 mil <input type="checkbox"/> 20 a R\$ 50 mil <input type="checkbox"/> mais de R\$ 50 mil</p>	<p>33. Como considera o acesso à agência bancária?</p> <p><input type="checkbox"/> próxima e de fácil acesso <input type="checkbox"/> próxima <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> longe <input type="checkbox"/> longe e de difícil acesso</p>
<p>30. Qual a principal dificuldade para participar do programa?</p> <p><input type="checkbox"/> Documentação <input type="checkbox"/> Avalista/Fiador <input type="checkbox"/> Garantias <input type="checkbox"/> Taxas/juros altos <input type="checkbox"/> Não entende bem o processo <input type="checkbox"/> Nome inscrito em cadastro de inadimplentes <input type="checkbox"/> Outros</p> <hr/>	<p>34. Concordaria em participar de um grupo de avalistas solidários para obter crédito?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>31. Considera as taxas de juros do programa:</p> <p><input type="checkbox"/> muito baixas <input type="checkbox"/> baixas <input type="checkbox"/> justas <input type="checkbox"/> altas <input type="checkbox"/> muito altas <input type="checkbox"/> não sabe</p>	<p>35. Acha que teria dificuldade em pagar um financiamento?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>32. Como considera o atendimento bancário na tentativa de contratação?</p>	<p>36. Está endividado atualmente?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>37. Está pagando renegociação de dívida?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>38. Tem recursos próprios para custear sua produção?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Outra fonte dos recursos: <input type="checkbox"/> aposentadoria <input type="checkbox"/> benefícios</p>

<p style="text-align: right;"><input type="checkbox"/> trabalho fora da propriedade</p> <p>39. Conhece todos os passos para conseguir contratar custeio ou investimento?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p style="padding-left: 150px;">O que não entende?</p> <p style="padding-left: 150px;"><input type="checkbox"/> condições de beneficiário</p> <p style="padding-left: 150px;"><input type="checkbox"/> como obter a DAP</p> <p style="padding-left: 150px;"><input type="checkbox"/> serviço bancário</p> <p style="padding-left: 150px;"><input type="checkbox"/> assist. técnica</p>	<p>42. Você teve assistência técnica no último ano/safra?</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Quantas vezes?</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3</p> <p><input type="checkbox"/> 3</p> <p><input type="checkbox"/> 2</p> <p><input type="checkbox"/> 1</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma</p>
<p>40. Utiliza alguma outra fonte de crédito, além do Pronaf?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> crédito Pessoal</p> <p><input type="checkbox"/> crédito de Cooperativa</p> <p><input type="checkbox"/> Creditrabalho</p> <p><input type="checkbox"/> outros</p> <p>_____</p> <p>Utilizado para:</p> <p><input type="checkbox"/> Custeio</p> <p><input type="checkbox"/> Investimento</p>	<p>43. Natureza da assistência técnica?</p> <p><input type="checkbox"/> EMATER</p> <p><input type="checkbox"/> Cooperativa</p> <p><input type="checkbox"/> Associação</p> <p><input type="checkbox"/> particular</p>
<p>41. O que acha que pode ser feito para facilitar a contratação do Pronaf?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>44. Você considera as visitas técnicas fundamentais para a eficiência da sua produção?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>46. Em qual(is) fase(s) do financiamento você considera mais importante a assistência técnica/financeira?</p> <p><input type="checkbox"/> elaboração do projeto</p> <p><input type="checkbox"/> na contratação do Pronaf</p> <p><input type="checkbox"/> na produção agropecuária</p> <p><input type="checkbox"/> pagamento da dívida</p>	<p>45. Caso tenha sido realizada assistência técnica, qual seria sua avaliação sobre essa assistência?</p> <p><input type="checkbox"/> excelente</p> <p><input type="checkbox"/> ótima</p> <p><input type="checkbox"/> boa</p> <p><input type="checkbox"/> ruim</p> <p><input type="checkbox"/> péssima</p>

5. Referentes à assistência técnica do programa.

Observações Finais.
